



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Fabiana de Freitas Silveira

**O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E OS DESAFIOS NA
PRODUÇÃO DO SENASS/UFSC: EU TENHO UM SONHO!**

Florianópolis

2024

Fabiana de Freitas Silveira

**O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E OS DESAFIOS NA
PRODUÇÃO DO SENASS/UFSC: EU TENHO UM SONHO!**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Profa. Dra. Fabiana Luiza Negri

Florianópolis

2024

Silveira, Fabiana de Freitas

O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E OS
DESAFIOS NA PRODUÇÃO DO SENASS/UFSC: eu tenho um sonho! /
Fabiana de Freitas Silveira ; orientador, Fabiana Luiza
Negri, 2024.

102 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Serviço Social,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO
ÉTNICO-RACIA. I. Negri, Fabiana Luiza . II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social.
III. Título.

Fabiana de Freitas Silveira

O SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO ÉTNICO -RACIAL E OS DESAFIOS NA PRODUÇÃO DO SENASS/UFSC: **Eu tenho um sonho!**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Serviço Social.

Florianópolis, 09 de agosto de 2024.



Documento assinado digitalmente

Heloisa Teles

Data: 14/08/2024 11:03:43-0300

CPF: ***.314.250-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Coordenação do Curso

Banca examinadora



Documento assinado digitalmente

Fabiana Luiza Negri

Data: 13/08/2024 10:18:13-0300

CPF: ***.018.999-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Dra. Fabiana Luiza Negri
Orientadora



Documento assinado digitalmente

JAINA DA CONCEICAO GOES

Data: 13/08/2024 12:54:58-0300

CPF: ***.274.179-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Jaina da Conceição Goes
Assistente Social



Documento assinado digitalmente

Heloisa Teles

Data: 14/08/2024 11:04:03-0300

CPF: ***.314.250-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Dra. Heloisa Teles
Universidade Federal de Santa

Florianópolis, 2024.

Dedico este trabalho a vocês que me deram a vida, Dona Eva e Seo Deoclécio. (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Nós, mulheres negras, lançamos diariamente no mundo nossas memórias, vozes, realidades e ações, somos sobreviventes. Melhor, “somos sementes”, uma plantação inteira. Nos movimentamos com muita destreza, e enfrentamos esta sociedade por meio das inúmeras histórias contadas a nós, pelos exemplos de mulheres que geram verdadeiras guerras para que estivéssemos aqui, vivas e prontas para o ataque e também para a defesa. (Luciana de Freitas Silveira, 2022)

A força e a resiliência das mulheres negras é o alicerce da minha jornada acadêmica. Ao longo deste percurso, cada desafio enfrentado e cada conquista alcançada têm sido um testemunho da herança de luta e superação que nos impulsiona. Antes de expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, sinto a necessidade de compartilhar um pouco sobre o início desta trajetória. Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que ora se apresenta é mais do que um resultado acadêmico; é o resultado de um percurso repleto de experiências, desafios e aprendizados que começaram muito antes da fase final.

Não desejo romantizar meu percurso na Universidade Federal de Santa Catarina, pois reconheço que foi um processo cheio de dificuldades. Em diversos momentos, pensei em desistir, confrontando inúmeras adversidades que me fizeram questionar a própria decisão. No entanto, decidi continuar, e essa jornada só foi possível graças ao apoio de pessoas que estiveram ao meu lado, semelhantes a mim, reafirmando que desistir nunca foi, e nunca será, uma opção.

Minha trajetória acadêmica começou com a graduação em Ciências Contábeis na UFSC, iniciada em 2017, com o suporte essencial da minha filha e da minha irmã, ambas formadas pela mesma universidade. Sempre sonhei em ingressar em uma universidade pública e, graças aos que abriram caminho antes de mim, tive a oportunidade de, aos 39 anos, realizar esse sonho através da Lei de Cotas.

Entretanto, minha experiência em Ciências Contábeis foi marcada por desafios e uma sensação de deslocamento. Enfrentei dificuldades para me integrar aos grupos de trabalho e, após três semestres, fui diagnosticada com câncer de mama. O tratamento exigiu atividades domiciliares e, infelizmente, o apoio dos professores e colegas foi limitado, o que me desmotivou e levou ao abandono do curso.

Determinada a concluir minha formação na UFSC, solicitei transferência interna para o curso de Serviço Social, onde encontrei o acolhimento e o suporte que precisava. Essa mudança me proporcionou a oportunidade de me reconstruir como mulher negra em uma sociedade excludente, e fortaleceu meu compromisso com a trajetória acadêmica e pessoal.

Inspirada por minha própria trajetória, surgiu o interesse em realizar uma pesquisa de campo com mulheres negras da comunidade José Boiteux, no Maciço do Morro da Cruz, onde resido há 32 anos. No entanto, ao iniciar a organização da pesquisa, fui obrigada a interromper meus planos devido a um novo tratamento oncológico iniciado em 27 de fevereiro de 2023. Apesar das dificuldades impostas pelo tratamento, continuei os estudos, mantendo duas disciplinas para concluir a nona fase. Com o valioso apoio da minha orientadora, ajustei a linha de pesquisa para focar nos desafios históricos enfrentados pela população negra na sociedade brasileira.

E assim, com lágrimas de alegria e um coração transbordando de gratidão, expressei meus mais sinceros agradecimentos. Primeiramente, ao meu Pai Oxalá, cuja luz guiou meu caminho e abençoou meu processo de cura. Exê Babá.

À minha mãe, tenho certeza de que a senhora está vibrando ao ver que sua filha mais nova (e mais rebelde) superou todos os desafios impostos pela vida e está prestes a se formar. Dona Eva, eu sou porque a senhora foi! Saudades que doem. Até um dia!

Ao meu pai, obrigada por me fazer entender que nunca é tarde para (re)conectarmos com os nossos. Seu Deoclécio, foi assim com a gente! Até um dia!

À minha filha Larissa, que muitas vezes foi minha mãe e minha inspiração. Ela me ensinou tanto e me fez compreender o verdadeiro sentido da vida. Você é a melhor parte de mim, e me orgulho muito de ser mãe de uma mulher tão linda, amorosa e inteligente. Fui mãe muito jovem e, por vezes, me senti culpada por não ter sido a mãe que queria ser. Mas, com seu jeitinho, você sempre quis mostrar que fui a mãe que podia ser naquele momento. Na terapia, compreendi que fiz o melhor que pude e que está tudo bem. Hoje, sinto meu coração mais leve, e cada dia aprendemos uma com a outra; esta é a melhor parte da vida. Obrigada, amada, te amo com todas as minhas forças. Você é luz na minha vida.

Agradeço ao Guilherme, que chegou às nossas vidas de mansinho e conquistou nossos corações. Amado, obrigada pela parceria, por todas as minhas loucuras (viagens sem planejamento rs) e, principalmente, por cuidar da nossa taurina preferida.

Agradeço à minha querida sogra Dona Laudeci por todo carinho e cuidado de sempre. A família Santos e Silva também é a extensão da minha.

Agradeço ao meu companheiro Eduardo pela paciência nos meus momentos de desespero e por sempre me lembrar: “Você não chegou até aqui para desistir”. Obrigada por dividir a vida e os sonhos comigo. Obrigada por cantar e encantar com sua voz e suas composições. Sou sua fã! Deixo aqui parte de sua composição, que tem grande significado para nós, representando momentos de luta seguidos de vitórias. Te amo.

[...] O novo dia vai nascer quando você despertar em um novo amanhecer, pode crer, vai mudar. Jamais te abandonar, se Deus está contigo, contra quem será que vai ousar te magoar? Em dias de luta, o vento vai soprar ao nosso favor. Um dia após o outro, assim como Deus quer, a passos curtos e a passos longos, assim como você puder! (Dudu Kadência, 2017)

Agradeço à minha irmã Luciana. Desde que perdemos nossa mãe, sempre estivemos juntas, e será sempre assim. Obrigada por me acolher em sua casa, por cuidar da nossa filha, por preparar aquelas comidas gostosas e o bolinho de chuva. Foi assim que aprendemos a amar, alimentando os nossos, não é? Você é minha inspiração, e se hoje estou aqui é por te ver à frente das lutas em que acredita. Obrigada, irmã, por dividir a vida comigo. Te amo.

Aos meus irmãos Miguel e Bruno, e à minha família Freitas e Silveira, mesmo não estando sempre juntos, estaremos sempre conectados.

Aos meus sobrinhos Lucas e Lenon, sobrinhos-netos Rafael e Miguel, e ao meu compadre Lindomar, que cuidou e educou minha filha, serei eternamente grata. Obrigada por compartilharem a vida comigo. O que seria de nós sem nós? Amo vocês.

Agradeço à minha amiga da vida, Fabiana. Tantas histórias juntas! Obrigada por ser minha calmaria em meio às tempestades e por dividir sua vida comigo. Te amo.

Agradeço ao Integrar/Projeto de Educação Comunitário/ GESTUS, cuja colaboração foi essencial para a realização deste trabalho. Um agradecimento especial ao Kleicer, a pessoa mais entusiasmada para escrever um TCC que já conheci. Você faz a diferença na vida dos estudantes. Gratidão.

Agradeço ao grupinho “Não sou obrigada a nada” que formei durante a graduação, onde houve muitas trocas e afeto: Ana Claudia, Cynthia, Laíne e Sabrina. Obrigada pelos momentos e tudo que vivemos juntas.

Agradeço também a minha querida Gerliane, pelas trocas e carinho durante toda a graduação, estaremos juntas no dia mais esperado.

Mirela minha querida que bom que tinha sua parceria na nos últimos semestres, nossos papos, risos e café com bolo na sala de aula, obrigada pela parceria e por me auxiliar nas escritas.

Ao Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida, obrigada por me proporcionar momentos de troca e conhecimento, refletindo sobre nosso lugar dentro e fora da academia.

Seguimos na luta!

Agradeço à minha orientadora, professora Fabiana. Fabi, você fez a diferença. Obrigada pelo acolhimento, por me auxiliar nas dificuldades e por não desistir de me fazer entender que sou capaz. Gratidão.

Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos do Axé, que estiveram comigo em todo o processo da minha cura. Gratidão.

Agradeço aos colegas de graduação com quem tive o prazer de conviver. Obrigada pelas trocas de conhecimentos e discussões. Espero que levem de mim, enquanto mulher negra com minhas vivências, aquilo que a universidade não consegue alcançar, assim como canta Elza Soares: *"A pele preta e a minha voz. Na avenida, deixei lá. A minha fala, a minha opinião..."*

Agradeço antecipadamente à banca examinadora, composta pela Assistente Social Jaina e as professoras: Fabiana, Heloisa e Clara por dedicarem seu tempo para ler e contribuir com este trabalho.

Cato papel. Estou provando como vivo! ... estou residindo na favela. Mas se deus me ajudar hei de mudar daqui. Espero que os políticos estinguem as favelas. Há os que prevalecem do meio em que vive, demonstram valentia para intimidar os fracos (Carolina Maria de Jesus)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) buscou fazer uma análise da inserção da questão étnico-racial na produção teórica do Serviço Social com foco nos artigos apresentados no Seminário Nacional do Serviço Social, Trabalho e Política Social (SENASS). A pesquisa que ora apresentamos tem uma abordagem qualitativa, teórica de tipo exploratória. Na primeira etapa realizou-se uma pesquisa bibliográfica de livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações com ênfase no debate da questão étnico-racial para a formação em Serviço Social e para o exercício profissional. Numa segunda etapa realizou-se uma pesquisa documental nos artigos publicados nos anais do SENASS. Foram analisados os seminários dos anos de 2015, 2017, 2019 e 2022. Para a efetivação da pesquisa utilizou-se a técnica de análise de discurso dos artigos selecionados das quatro edições do SENASS. Para identificar e selecionar os artigos utilizou-se as palavras-chave: “Racismo”, “Questão Racial”, “População Negra”, “Antirracismo”. Em seguida se procedeu a leitura na íntegra dos textos selecionados, para analisar o conteúdo apresentado. A partir da análise dos artigos, compreende-se que a questão étnico-racial tem sido tratada na profissão enfatizando o debate sobre a questão de gênero, na relação com a questão social, com a desigualdade social e sua interlocução com o Serviço Social. Constatou-se na pesquisa que a questão étnico-racial tem sido vista como fundante das relações sociais no Brasil, configurando a sociedade capitalista brasileira, assim como observa-se que o Serviço Social busca compreender esse debate de forma indissociável à formação sócio-histórica do país, contudo ainda se faz necessário ampliar e aprofundar estudos, pesquisas e debates com a categoria profissional sobre a questão étnico-racial.

Palavras chaves: Racismo, Questão Étnico-racial, Serviço Social, Antirracismo.

ABSTRACT

This Final Course Work (TCC) sought to analyze the insertion of the ethnic-racial issue in the theoretical production of Social Work, focusing on the articles presented at the National Seminar on Social Work, Labor and Social Policy (SENASS). The research that we present here has a qualitative, theoretical approach of an exploratory type. In the first stage, a bibliographical research of books, articles, final course works, theses and dissertations was carried out with an emphasis on the debate of the ethnic-racial issue for training in Social Work and for professional practice. In a second stage, a documentary research was carried out on the articles published in the annals of SENASS. The seminars of the years 2015, 2017, 2019 and 2022 were analyzed. To carry out the research, the discourse analysis technique of the articles selected from the four editions of SENASS was used. To identify and select the articles, the keywords were used: “Racism”, “Racial Issue”, “Black Population”, “Anti-Racism.” The selected texts were then read in full to analyze the content presented. Based on the analysis of the articles, it is understood that the ethnic-racial issue has been addressed in the profession by emphasizing the debate on the gender issue, in relation to the social issue, social inequality and its interlocution with Social Work. It was found in the research that the ethnic-racial issue has been seen as a foundation of social relations in Brazil, configuring Brazilian capitalist society, as well as observing that Social Work seeks to understand this debate in a way that is inseparable from the socio-historical formation of the country. However, it is still necessary to expand and deepen studies, research and debates with the professional category on the ethnic-racial issue.

Keywords: Racism, Ethnic-racial Issue, Social Service, Anti-racism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social

ABPN Associação Brasileira de Pesquisadores Negros

CFESS Conselho Federal de Serviço Social

CRESS Conselho Regional de Serviço Social

CGSS Curso de Graduação em Serviço Social

DSS Departamento de Serviço Social

ENESSO Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTQIAPN Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual, Não Binário

PPGSS Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

SENASS Seminário Nacional e Serviço Social, Trabalho e Política Social

SUS Sistema Único de Saúde

TEN Teatro Experimental do Negro

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: VIVER É PARTIR, VOLTAR E REPARTIR.....	15
2. O RACISMO NO BRASIL E O ANTIRRACISMO COMO ENFRENTAMENTO AO PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO	18
O RACISMO E A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL	18
2.1. ANTIRRACISMO NO ENFRENTAMENTO AO PRECONCEITO E À DISCRIMINAÇÃO.....	27
3. A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E O SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO	35
4. A PRODUÇÃO TEÓRICA DO SENASS/UFSC E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL	54
4.1. CONHECENDO A HISTÓRIA DO SENASS/UFSC	55
4.2. UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO TEÓRICA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL	56
4.2.1. Questão Étnico-racial e Gênero	61
4.2.2. Questão Étnico-racial, Pobreza e Questão Social	65
4.2.3. Questão Étnico-racial e Serviço Social	71
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
6. REFERÊNCIAS	80
APÊNDICE A.....	93
APÊNDICE B	98

1.INTRODUÇÃO: VIVER É PARTIR, VOLTAR E REPARTIR...

Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade". Carolina Maria de Jesus.

Carolina Maria de Jesus em suas palavras traduziu o desejo de tantas mulheres negras de discutir a questão étnico-racial. O interesse nesse debate surge a partir da curiosidade e vontade de conhecer e aprofundar como no campo teórico se deu o debate sobre a questão étnico-racial, além de desvelar a participação da população negra no processo e formação da sociedade brasileira e todos os atravessamentos ainda vividos por essa população, nessa sociedade racista e machista. Embora saibamos que esse tema não seja algo novo, defende-se aqui que é um assunto que merece ser aprofundado e debatido nos espaços acadêmicos e no interior da categoria profissional.

Pois como argumenta Evaristo (2014, p. 8) - “[...] em que escrever é, certamente, ‘uma maneira de sangrar’; mas também de invocar e evocar vidas costuradas ‘com fios de ferro’. Escrever sobre nós, mulheres e homens negros é também um ato de resistência”. Nesse sentido, nunca foi à toa o desejo de debruçar-se sobre esse debate, foi a partir das vivências, dentro e fora da academia enquanto mulher negra periférica, que se chegou a proposta da pesquisa ora apresentada.

A escolha desse tema emerge da observação de como se elaborava o debate sobre raça e mais ainda sobre raça/gênero no espaço acadêmico, em especial no curso de Serviço Social. Por isso, tendo como foco contribuir com a academia, apresenta-se como proposta evidenciar o que a população negra periférica vive em seu cotidiano, pela falta de políticas públicas, como: saúde, educação, moradia, entre outros.

Portanto, esse trabalho tem por objetivo analisar de que forma o Serviço Social está abordando e discutindo a questão étnico-racial, tanto na produção teórica, passando pelo processo de formação acadêmica, quanto no exercício profissional. Nesse sentido, buscou-se identificar nas edições do SENASS, evento organizado pelo Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Curso de Graduação, como este debate é tratado na produção teórica ali elaborada, assim como foi incorporado nas diretrizes curriculares

do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), destacando igualmente como se apresenta entre os profissionais da área.

Para a elaboração desse trabalho realizou-se uma pesquisa teórica “que tem por finalidade conhecer ou aprofundar conhecimentos e discussões” (Barros; Lehfel, 2000, p. 78), com abordagem qualitativa, a qual “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2012, p. 21), tendo como metodologia o estudo exploratório, que tem por “objetivo a formulação de questões ou de um problema [...] para aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, fato ou fenômeno, [...] modificar e clarificar conceitos” (Lakatos; Marconi, 2001, p. 188). Fundamentase na teoria social crítica, visto que “o método dialético tem como proposta analisar os contextos históricos, as contradições, as determinações [...] as relações sociais e de produção [...]” (Minayo, 2012, p. 24). Para a efetivação da pesquisa num primeiro momento realizou-se uma pesquisa bibliográfica aprofundando as reflexões sobre a questão étnico-racial, na medida em que “é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importâncias, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados ao tema” (Lakatos; Marconi, 2001, p. 158). Em seguida realizou-se uma pesquisa documental, em que “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não [...]” (Lakatos; Marconi, 2001, p. 174), nos anais do SENASS, realizados nos anos de 2015, 2017, 2019 e 2022. Esse é um evento organizado pelo Departamento de Serviço Social, Curso de Graduação em Serviço Social e Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFSC.

Para selecionar os artigos pesquisados fez-se uma busca pelas palavras-chave: racismo, questão étnico-racial, população negra e antirracismo e em seguida procedeu-se uma leitura dos resumos, selecionando vinte (20) artigos. Após a seleção dos artigos efetuou-se a leitura na íntegra de cada artigo, o que possibilitou a identificação de quais categorias analíticas os textos tratavam, estas serviram para a elaboração das análises. Por meio da técnica de análise do discurso, que “recorre à análise dos contextos, dos enunciados, estudando as argumentações e interpretando esses enunciados” (Maingueneau, 1989, p. 129 e 164), utilizando as categorias: Questão étnico-racial e gênero; Questão étnico-racial, pobreza, desigualdade e questão social e Questão étnico-racial e Serviço Social analisou-se os debates elaborados pela produção teórica do SENASS.

Na primeira seção discorreremos como foi forjado a construção da sociedade brasileira, dialogamos sobre o mito da democracia racial, que é um ponto central para que o leitor compreenda quais estratégias a classe dominante usou durante séculos para “maquiar” o

racismo vigente no Brasil. Aqui também será apresentado a importância dos movimentos sociais negros e suas ações que contribuíram na luta e combate ao racismo no Brasil.

A segunda seção dialoga sobre “A Questão Étnico-racial e o Serviço Social: um debate necessário”. Desse modo, apresentamos como o Serviço Social vem dialogando historicamente com a questão étnico-racial. Para isso, foi preciso compreender toda a historicidade do Serviço Social. Isso permitiu que os profissionais construíssem uma compreensão da realidade histórico-social dos indivíduos e da sociedade. Destaca-se que no que diz respeito à questão étnico-racial no Serviço Social, a discussão ganhou força apenas na década de 1980, em parte devido à influência dos movimentos sociais e à crescente luta e resistência que propiciou a interlocução da profissão com a questão étnico-racial.

A terceira seção trata da pesquisa, em que se estudaram as produções teóricas publicadas no SENASS e sua contribuição para a formação e o exercício profissional. Esse seminário tem por objetivo construir discussões importantes para os profissionais e estudantes de Serviço Social, fomentando a produção de conhecimento.

Compreende-se como importante a produção teórica e espaços de diálogos, assim como as trocas de experiências e pesquisas, pois isso possibilita avanços, principalmente explorando aspectos relacionados à questão étnico-racial. Refletir sobre esse debate no processo de formação e conseqüentemente compreender as lacunas ainda existentes no interior da profissão é fundamental para o avanço do debate da questão étnico-racial no Serviço Social.

Por fim, apresentando os resultados da pesquisa, utilizaram-se três categorias de análise: a - Questão étnico-racial e gênero; b- Questão étnico-racial, pobreza, desigualdade e questão social; c - Questão étnico-racial e Serviço Social, as quais possibilitaram compreender o percurso teórico e as argumentações elaboradas pela produção de conhecimento nas quatro edições do SENASS.

Em suma, a pesquisa não apenas contribuiu para a ampliação do conhecimento teórico, mas também facilitou a identificação de lacunas existentes sobre o debate e a fragilidade de aprofundamento sobre a questão-étnico racial, ou seja, orientando outras/os pesquisadoras/es em suas investigações posteriores. Através dessa investigação, espera-se contribuir para uma reflexão crítica e promover práticas que sejam mais inclusivas sobre a questão étnico-racial.

2. O RACISMO NO BRASIL E O ANTIRRACISMO COMO ENFRENTAMENTO AO PRECONCEITO E A DISCRIMINAÇÃO

2.1. O RACISMO E A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL

Estudo¹ apontam o racismo como um dos elementos constitutivos da questão social na formação econômico-social brasileira, visto que agregado a outras dimensões da vida social, determina as condições de vida, as relações sociais e de trabalho da classe trabalhadora. Para Costa e Rafael (2021, p. 86), “a origem do capitalismo no Brasil deu-se pela transição do modo de produção escravista para o modo de produção capitalista, decorrente da universalização do trabalho livre”. No entanto, esse trabalho livre não contou com a força de trabalho dos escravizados, estes foram mantidos à margem do modo de produção, para que se constituíssem na massa sobrando (exército industrial de reserva), sendo este um dos pilares do modo de produção capitalista, na medida em que tensiona os salários e as condições de vida da classe trabalhadora. Faz-se necessário reconhecer que o povo negro possui histórias que perpassam as tristezas e sofrimentos. Esse povo sobre o qual Ortegá (2018, p.415) discorre:

[...] que resistiu as mais diversas tentativas de aniquilação e que hoje é majoritário no território nacional, é denominado como população negra, e sua experiência no país é também compreendida por diversos intelectuais e ativistas negros como parte da diáspora africana.

Refletir sobre a história e cultura do povo negro é iniciar um diálogo com nossa própria trajetória enquanto sociedade, é examinar aquilo que somos pela tonalidade de nossa pele. A narrativa histórica brasileira muitas vezes apresenta uma visão superficial sobre a ativa participação do negro e sua jornada histórica no país, resultando na invisibilidade do negro. Vivemos em uma sociedade em que a produção científica pouco se aprofunda e/ou se preocupa em fazer um recorte racial, conforme destaca Moura (1983, p. 124),

[...] parece, no entanto, que não sensibiliza e estimula os nossos cientistas sociais, mais voltados para assuntos tópicos, centrados em fatos e processos secundários,

¹ Ver Moura (1983), Gonçalves (2018), Costa; Rafael (2021), Eurico (2017)

fugindo, assim, de analisar mais profundamente o modo de produção escravista, como ele se manifestou no Brasil e as muitas (e profundas) aderências sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas que deixou na nossa sociedade atual.

A ótica histórica da sociedade brasileira é marcada por uma lacuna em relação ao papel fundamental do negro, sendo uma interpretação da história vista através da perspectiva do elemento dominante, daquele que estabelece as normas do jogo, frequentemente favorecendo o branco europeu. Logo, nas palavras de Eurico (2017, p. 417- 418),

A superioridade branca europeia é construída a partir do pacto de dominação; portanto, é mister compreender que não se trata de uma noção de branquitude homogênea, mas da associação entre europeus pertencentes a grupos étnicos distintos, que unem em torno de um objetivo comum de subjugar os outros povos e continentes.

A formação da sociedade brasileira é profundamente marcada pela instituição da escravidão, um capítulo sombrio que moldou as bases econômicas, sociais e culturais do país. Desde o início da colonização, em 1500, os portugueses buscaram explorar as riquezas naturais do Brasil, inicialmente explorando os povos indígenas. No entanto, logo perceberam na escravização dos africanos uma solução para suprir a demanda crescente por mão de obra nas atividades econômicas. Ribeiro (1995) destaca a chegada forçada dos africanos ao Brasil, que foram tirados de suas terras e culturas de origem, influenciando e sendo incorporados à identidade nacional, marcando profundamente a sociedade brasileira.

Com isso podemos perceber que diante das marcas deixadas em todos os campos da vida social brasileira da população negra, levantadas por Moura (1983), precisamos ter uma abordagem nos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e até mesmo psicológicos, pois o escravismo deixou marcas que precisam ser superadas. “O escravismo ainda hoje é um período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma práxis social coerente” (Moura, 1983, p. 124). Segundo Ortegá (2018, p. 414),

[...] o processo vigente nas ciências sociais dos países latino americanos à época, em que se buscava compreender a realidade local a partir da utilização de referenciais europeus”, fez com que houvesse pouca discussão e produção científica para a compreensão da realidade social na qual a população negra era a sua grande maioria, portanto, “sem compreender as particularidades da realidade brasileira ou da América Latina como um todo.

Quando pesquisamos os estudos acadêmicos sobre a questão racial, conseguimos identificar que ainda são poucos os trabalhos que têm um aprofundamento na dimensão étnico-racial para além de um estudo de caso. Os estudos de Moura (1983) já alertavam sobre a produção de pesquisas da população negra, com pouco aprofundamento estrutural e muito preconceito racial, pois, nas palavras de Moura, havia na década de 1980 “simples levantamentos empíricos, quantitativos, os graus de preconceito racial, marginalização, prostituição e criminalidade existentes na comunidade negra” (Moura, 1983, p.125). Eurico (2017) enfatiza a importância de como foram construídas essas narrativas científicas”. Em suas palavras:

A produção de explicações científicas para justificar a desigualdade entre os povos cumpre uma função primordial no sistema capitalista: a dominação de um grupo sobre o outro, com o intuito de acelerar o processo de acumulação que, a qualquer preço, segue na contramão da lógica de respeito ao outro, como ser humano genérico. (Eurico, 2017, p 417).

Por outro lado, quando temos pesquisas com uma preocupação com o processo histórico, se consolida a possibilidade de trazer o protagonismo do movimento negro na luta pela reparação histórica, em que se situa a “revalorização do passado histórico do negro no sistema escravista, que mostrará a sua participação em movimentos que determinaram as principais mudanças sociais no Brasil” (Moura, 1983, p.125). Ainda segundo Moura (1983), algumas correntes do pensamento buscaram interpretar a realidade brasileira, mas ocultando alguns fatos marcantes da história do movimento negro, tais como:

[...] olhando o negro brasileiro sem ter estudado o seu comportamento no passado a não ser através de uma ótica acadêmica e eurocêntrica, esses marxistas universitários mitificam grande parte da nossa história social, desvalorizam fatos como Palmares e a constante insurreição negra, supervalorizam alguns fatos secundários, tudo determinado pela necessidade de comprovar os seus esquemas metodológicos. (Moura, 1983, p. 126).

Nesse viés de reflexão, ainda temos que ressaltar a política do branqueamento que buscou apagar a população negra brasileira, não apenas as suas manifestações culturais, mas a sua origem étnica. E “esta política fenotípica procurou e procura fazer com que os componentes

de grupos específicos negros fujam das suas origens, procurando assimilar a escala de valores e padrões brancos, [...], pois esvazia o negro como ser, situando-o como inferior biológica, estética e culturalmente” (Moura, 1983, p. 126). Ortegá (2018) chama a atenção para a compreensão do processo central da estrutura brasileira: “tudo isso, porém não seria possível sem que a concepção de que a humanidade era dividida entre raças fosse amplamente aceita como verdade do ponto de vista científico” (p. 420).

Dentro do campo ideológico tivemos ideais que consolidaram uma estrutura racista em nossa sociedade, como a ideia de uma democracia racial, como se nossa sociedade vivesse com igualdade de oportunidade para todos os seus cidadãos. Mas, pelo contrário, como afirma Moura (1983 p. 127), “a chamada democracia racial é o suporte ideológico no qual se assenta uma política discriminatória, racista, de extermínio contra o Negro brasileiro.”

Pelo viés ideológico essas ideias foram construídas a partir dos países hegemônicos, cujas realidades eram distintas das realidades dos países colonizados. Porém, ao impor a sua concepção, criaram assim uma realidade universal. Segundo Ortegá (2018, p. 414), essa realidade universal como forma de compreensão do mundo “está marcada pelo que seria a colonialidade”, no entanto, em contraponto, tem-se a perspectiva decolonial, que de acordo com o autor que “se dedica a recuperar e produzir saberes a partir desses lugares e sujeitos que têm em comum as marcas da subalternização na era moderna” (Idem, p. 414).

Podemos ainda ressaltar que, segundo o viés da democracia racial, as problemáticas da população negra na atualidade têm como responsáveis pelas condições de vida e as desigualdades exclusivamente a própria população negra, pois esse viés defende que a oportunidade é igual para todos. Tal viés comprovadamente não se sustenta diante das condições de vida material objetivas e subjetivas. A realidade social é incontestável, pois não há oportunidades iguais para todos, até porque a subalternização da população negra é funcional ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, reforçamos as ideias de Moura (1983, p.129) que,

[...] cria-se a imagem que o dinamismo da sociedade brasileira se realiza de tal forma que se os negros estão atualmente na situação que se encontram é por culpa sua, por isso faz-se tudo para que a escravidão seja esquecida e quando lembrada seja romantizada dentro dos valores da democracia racial.

Nesse mesmo sentido, para Eurico (2017) há uma construção cultural legitimada pelo tempo que justifica as diversas problemáticas existentes na sociedade que afetam diretamente a vida da população negra,

A construção de estereótipos em relação aos povos negros africanos justifica a escravidão negra no Brasil e no uso de diversas artimanhas de controle sobre seus corpos e mentes, mesmo após a abolição da escravatura, tais como medidas coercitivas para cercar-lhes a liberdade e impedir a transformação da estrutura desigual desta sociedade. (Eurico, 2017, p. 418).

Para Eurico (2017), compreender o processo de escravidão no Brasil tem relação direta com a própria formação social, econômica e política do país, sendo inegável que o pensamento científico da época foi o ponto de partida para fundamentar todas as formas de opressão e controle sobre os corpos da população negra. Nesse sentido, o uso da ciência estava a serviço do grande capital.

Constata-se que via de regra, os intelectuais, tem resistência em olhar com profundidade para a sociedade brasileira, desvelando os sistemas opressores que a integram e constituem, visto que ainda defendem uma ideia generalista, pautada no mito da “democracia racial”, é preciso olhar profundamente para essa realidade e perceber que existem particularidades que precisam ser desveladas e apontadas para que os sujeitos sejam visíveis e possam acessar políticas públicas, e, assim, sua condição socioeconômica, étnico-racial, cultural e política possa lhe garantir justiça social. Assim sendo, “a compreensão da diáspora e seus desdobramentos é o que permite perceber as particularidades da experiência radicalizada das relações sociais” (Ortegal, 2018, p. 416). Desse modo, se faz necessário a compreensão da historicidade na totalidade da questão étnico-racial e social no Brasil, um país em que,

As classes sociais na América Latina não se formaram como nos países europeus, e as principais razões para isso seriam justamente a relação de dependência e subordinação que é exercida, bem como a herança colonial e escravagista que, em vez de superada foi atualizada e reproduzida para a nova realidade social do continente e, portanto, no Brasil. (Ortegal, 2018, p. 426).

Nessa perspectiva, é importante destacar a violência sofrida pela população negra e como suas relações foram estabelecidas, conforme as palavras de Ortegal:

[...]sem a compreensão dos flagelos sofridos pela população negra trazida à força para as colônias europeias e de como esse histórico produz efeitos nos dias de hoje, tratar de racismo tende a ser mais um dos debates sobre as mazelas da sociedade capitalista do século XXI, aferidos em números e curvas gráficas. (Ortegal, 2018, p. 423).

Para entender esse processo é fundamental observar dados que evidenciam a violência e desigualdade sofridas pela população negra. Para Eurico (2017, p. 415),

Durante o período da escravidão, diversas são as medidas coercitivas e violentas dirigidas contra a população negra, tratada como mercadoria, propriedade de outrem. A intensidade dos castigos corporais da época, pois o caráter disciplinador não pode ter como resultado a perda ou um dano irreparável da mercadoria.

Nessa direção, em que a reprodução da violência é histórica, Ortegal (2018) salienta a importância de entender o fenômeno dos homicídios na sociedade brasileira contemporânea. Observa-se então que,

Os homicídios estão concentrados em bairros de menor poder econômico e infraestrutura, nos quais vivem as classes trabalhadoras de média e baixa renda. Todavia, dentre os jovens assassinados no Brasil, 70% são negros, percentual muito acima da representação de jovens negros no país, a taxa de homicídios de jovens negros sofreu um crescimento de 32%, enquanto o percentual de jovens brancos diminuiu 32%. (Ortegal, 2018, p. 416).

A violência como uma das expressões da questão social é reflexo imediato da forma como a sociedade se organiza, de como reitera os sistemas opressores, dentre eles o racismo, que acaba por contribuir com o sistema de produção, visto que fundamentado na superexploração da força de trabalho, mas que igualmente prescinde de uma força de trabalho sobrando, ou seja, na constituição do campo econômico é fundamental que uma parte da população constitua o exército industrial de reserva. E será neste lugar o espaço destinado e ocupado pela população negra, desde a época do império.

O capitalismo opera nas relações de poder, exploração e dominação nas quais, nas palavras de Fagundes (2020, p. 56), “os negros brasileiros possuem condições inferiorizadas de vida e trabalho em relação ao equivalente branco, isso se explica a partir da consolidação e transição para o modo de produção capitalista”. Para Costa e Rafael (2021, p. 87), “na realidade

brasileira foi fundamental tratar a força de trabalho como mercadorias desiguais, pois isso incide no valor da força de trabalho e nos salários pagos”. Ortegá (2018, p. 425) ainda explica:

O país vive sob o regime capitalista, socioeconomicamente dividido entre classes desiguais, de modo que a parcela minoritária da população brasileira vive em condições de abundância patrimonial, enquanto a maior parte da população vive em condições de pobreza ou extrema pobreza.

Corroborando com o processo apresentado por Ortegá, que aponta a população negra a que menos tem condições de sobrevivência, é importante apresentar uma reflexão fundamental, descrita por Eurico, que aponta que foram os negros os responsáveis pelo desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira. Nessa lógica, nas palavras de Eurico (2017, p. 418),

A utilização da mão de obra da população negra africana é a referência fundamental na construção da sociedade brasileira, quer seja como integrante do trabalho escravo, como mercadoria que agrega valor aos bens do proprietário, quer seja como referência para organização do próprio modo de produção.

Destaca-se que, para Ortegá (2018, p. 420), a colonialidade é um dos elementos constitutivos do poder capitalista: “em relação aos países capitalistas centrais, a relações de colonialidade operam tanto de fora para dentro do território como internamente, bem como a centralidade da diáspora no processo de construção do país”.

Desse modo, é possível perceber que a existência do capitalismo se constitui como um modo de produção a partir da dominação e do controle. Um modelo que resiste ao longo dos séculos, e, para Fagundes (2020, p. 57), “as ações da elite econômica e política brasileira têm o objetivo de transformar as relações de trabalho no país e preservar a situação da população negra”. Portanto, ainda nas palavras de Fagundes (2020, p. 58), “a parcela negra da população atravessou o período transitório sem efetiva evolução e progresso nas suas condições de vida e trabalho”, isto é, saiu do período de escravização para o sistema capitalista sob o domínio da classe dominante, que deixam de ser os senhores escravocratas e passam a ser os latifundiários capitalistas.

Portanto, não se pode pensar a colonialidade sem mencionar o modo de produção capitalista, evidenciando a exploração e dominação da força de trabalho da população negra

desde sempre na sociedade brasileira. Para Fagundes (2020, p. 58), “é a partir das determinações econômicas e sociais construída nesse lapso temporal, junto às ativações de elementos ideológicos racistas no seio da sociedade, que se baseia a vida do proletariado negro em toda contemporaneidade”. Ainda de acordo com Fagundes, esse processo foi fundamental para a superexploração da população negra em todas as esferas da sociedade:

[...] ao trabalhador negro se abririam restritas possibilidades lenta adesão aos setores subalternos do operariado urbano ou uma vida entregue à alta rotatividade laboral, atravessada pelo ócio compulsório e, conseqüentemente, a criminalização pelas forças do estado repressoras do Estado Nacional. (Fagundes, 2020, p. 62).

Esta é uma realidade vivida pela população negra do Brasil que se mantém e, mesmo no período das comemorações do centenário da abolição, na qual a população negra se viu livre da escravidão, não se marcou um processo de conquistas concretas no nível de igualdade social, pois “se quer temos enfrentado o assunto/problema com a coragem e honestidade científicas capazes de mostrar como o comportamento de grandes grupos e segmentos brasileiros, ao nível de dominação/subordinação [...], são ainda reflexo dos quatrocentos anos de escravidão” (Moura, 1983, p.131).

Tem-se no tempo presente, “além das desigualdades de classe, outros processos responsáveis por desigualar e sujeitar determinados indivíduos e grupos, por meio da raça, da etnicidade, do gênero e outros” Ortegá (2018, p.415). E é com base no comportamento de grupos e segmentos que o discurso da política do branqueamento se mantém fortemente até os dias atuais, fortalecendo uma única história e deslegitimando e apagando a história e identidade da população negra. Para Moura (1983, p. 134), “O que se chamou de borra da escravidão é jogada à periferia, [...] marginalização é justificada pela simbologia dominante de que o bom é o branco”. E, nesta mesma perspectiva, Ortegá (2018, p.419) discorre: “a opinião de maior força era a de que negros, além de não possuírem os requisitos necessários para suprir a nova demanda, eram indesejáveis para o futuro do país, cuja elite econômica e política desejavam que se tornasse branco”. Ainda nesta mesma direção, Fagundes (2020, p. 58) acentua que “ainda que posterior ao fim do trabalho compulsório (escravizado), a inserção do trabalhador negro no chamado mercado de trabalho competitivo foi efetuada em condições que determinavam a impossibilidade de alcançar os melhores postos de trabalho”. Esse processo histórico se deu, nas palavras de Ortegá (2018, p.418),

[...] no processo de transição do regime escravista para o capitalista, a mão de obra escravizada passa a ser substituída pela mão de obra livre e assalariada. Isso, porém, não significa dizer que o trabalhador que antes era escravizado foi absorvido como assalariado. Num sentido contrário, estudos como o de Sales dos Santos (1997) demonstram a intensificação da importação de mão de obra de países europeus, com vistas a substituir os trabalhadores negros, movidos pela ideologia racista do sucessivo branqueamento da população brasileira.

Esse discurso foi fundamental para que se constituíssem uma sociedade eurocêntrica, onde a cor e os traços fenóticos dos colonizadores demarcavam a superioridade do branco. E o negro foi colocado na posição de inferioridade e subalternização. “O negro é colocado na base do sistema de exploração econômica e transformado no símbolo negativo desse tipo de sociedade” (Moura, 1983, p.134).

Nessa mesma direção, para Ortegal (2018, p. 417), “em um mundo marcado pelo antropocêntrico, caracterizar determinado grupo como não humano ou sub-humano resultava em total inserção moral para exploração, escravização e extermínio desse grupo assim classificado”. Mesmo nos dias atuais o processo de inserção na sociedade e no mercado de trabalho deixa evidentes as marcas do sistema escravocrata, pois, segundo Moura (1983), essa população fica à margem do sistema capitalista, ou seja, sem mobilidade social. Assim, não ascende ao centro de poder. Em suas palavras, as populações negras “se encontravam comprimidas na franja do sistema sem possibilidade de chegar ao centro” (Moura, 1983, p.135).

Um dos grandes problemas da sociedade brasileira, não é um mero acaso, é o fato da não aceitação do racismo enquanto fator estruturante para as desigualdades, e, mesmo diante de estudos, alguns autores marxistas apontam o racismo no modo de produção capitalista como:

o racismo no capitalismo estaria subordinado à desigualdade de classe. Partindo de um pressuposto factualmente comprovado de que a maioria da população pobre era a população negra, desenvolveu-se politicamente a tese economicista de que o racismo poderia ser extinto resolvendo-se as desigualdades de classe. (Ortegal, 2018, p. 421).

Afinal, o racismo se estrutura e opera como um sistema que garante a produção e reprodução do capital, seja por meio da superexploração da força de trabalho ou da existência de um contingente de pessoas, em sua maioria negra, que integram o exército industrial de

reserva. Portanto, é importante priorizar a questão étnico-racial para assim compreender os atravessamentos vivenciados por essa população.

Nas palavras de Ortegá (2018, p.421), “o desenvolvimento dos estudos sobre raça, entretanto, vem demonstrando a multiplicidade de origens e efeitos das mais variadas expressões do racismo que se retroalimentam continuamente e extrapolam as estruturas econômicas”. Diante do exposto pode-se inferir a existência de uma construção de fatores que se estabeleceram estruturalmente, legitimando uma sociedade desigual de dominação, opressão e exploração da população negra, como discorre Eurico (2017, p. 417),

O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de raça eleita.

E, exatamente por isso, não é suficiente apenas compreender as relações racistas e a formação sócio-histórica brasileira fundada na escravização da população negra e no racismo, é necessário e urgente posicionar-se contra o sistema opressor do racismo, combatê-lo frontalmente e cotidianamente.

2.2. ANTIRRACISMO NO ENFRENTAMENTO AO PRECONCEITO E À DISCRIMINAÇÃO

Até aqui se refletiu sobre a historicidade do sistema colonial dentro da sociedade capitalista e o racismo situado em um espaço histórico e social. Reconhecer a própria identidade como sujeito negro pressupõe uma compreensão do racismo enquanto estruturante, enraizado na sociedade em múltiplas manifestações, e também como mecanismo de poder dentro da estrutura capitalista.

Conforme indicado por Silvio de Almeida (2019, p 15), “o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade, o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico”. De acordo com Almeida (2019), o racismo estrutural provoca resultados destrutivos no interior das estruturas sociais. Portanto, “o racismo é parte estrutural de uma racionalidade instituída para ser a norma de compreensão e manutenção das relações sociais. Não se trata, portanto, de uma

anomalia no interior de um sistema, e sim do modo próprio de funcionamento das sociedades ocidentais contemporâneas” (Silva, 2018, p. 4).

Em nossa sociedade precisamos romper com as ideias muito presentes nos dias de hoje relacionadas à democracia racial, pois, se a população não compreender como o racismo opera, fica difícil construirmos uma sociedade antirracista. Conforme observado por Guimarães (1995, p. 26), “os brasileiros se imaginam numa democracia racial. Essa é uma fonte de orgulho nacional, e serve no nosso confronto/comparação com outras nações como prova incontestada de nosso status de povo civilizado”.

Ainda pode-se ressaltar que o debate na academia estava mais voltado para as questões de classe quando buscavam fazer uma interpretação da realidade social brasileira, enquanto que o debate racial ficava no campo do individual. Assim aponta Guimarães (1995):

O Brasil pode ser descrito como uma sociedade onde a distinção de classe são profundamente marcadas, onde a classe e a cor sobrepõem-se, mas não coincidem, onde a classe muitas vezes prevalece sobre a cor, onde a raça é a matéria de foro individual e de preferência pessoal ao invés de filiação coletiva. (Cashmore *apud* Guimarães, 1995, p 27).

Na sociedade brasileira se configura uma realidade que é estruturalmente racista, excludente e que, em pleno século XXI, normaliza comentários e atitudes racistas, que por vezes ferem a integridade física e psicológica da população negra. Ana Paula Procópio da Silva (2018) destaca a disparidade nos indicadores sociais brasileiros, revelando o acesso desigual a bens e serviços públicos e a violência sistemática contra as populações negras e indígenas, desmistificando assim a noção de democracia racial. Segundo Eurico e Passos (2022, p. 127), “na prática o que se verifica é o quanto o acesso à democracia é restrito quando as instituições, com suas leis e normas, reproduzem o racismo institucional”. Ou seja, “as instituições são materialização das determinações formais na vida social [...] e estão inseridos em relações de poder, conflitos e disputas entre grupos participantes da instituição” (Almeida, 2019, p.30).

Este processo não ocorre na atualidade como fruto de um acaso, pois, como nos coloca Ribeiro (2019), desde o império até a atualidade a educação, como direito, nunca esteve e permanece restrita à população negra no Brasil, o que caracteriza a exclusão e o racismo que funda as estruturas de nossa sociedade.

Sendo assim podemos entender a lógica de funcionamento do racismo estrutural, que está ligado às estruturas e instituições do Estado que criam privilégios para a população branca

dominante das estruturas de poder e exclusão para a população negra trabalhadora. Como ressalta Silva (2020, p. 22, grifo nosso), “o racismo estrutural é um regime que está escorado em pilares do privilégio do grupo dominante que se utiliza, dentre outros, de normas e **instituições para se manter no topo da pirâmide social**”.

Nesse sentido, o processo de construção social e de hegemonia do racismo e da desigualdade social brasileira revela-se como um instrumento crucial para a compreensão dessa realidade. Como destacado por Silva (2018, p. 06), “raça e identidade racial se estabeleceram como instrumento de classificação básica da população”. Isso se expressou, sobretudo, “numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial”.

A autora aponta também que a realidade vivida pelas mulheres negras, ainda que tenhamos avançado nos debates, é de maior precarização dadas as estruturas de trabalho que as atingem diretamente, fomentando a crescente superexploração. Conforme cita Silva (2018, p. 10), “É uma precarização estrutural da força de trabalho, mas que penaliza mais fortemente os segmentos não-brancos e femininos”. Ou seja, mulheres negras estão expostas a postos de trabalhos mais precários, com menores salários e com baixa ou nenhuma proteção.

Davis (2016) aponta a necessidade de compreender e pensar a dominação de classe, raça e gênero atrelada a valores democráticos do capitalismo, demarcando estruturalmente como trabalhos e ideologias que são direcionados aos diversos grupos minoritários. E aqui cabe pensar sobre as mulheres negras que conseqüentemente são as mais afetadas por sua classe social e raça em uma sociedade que foi construída e é sustentada no processo da negação da população negra.

Para isso, é preciso nomearmos as estruturas que geram as desigualdades e discriminam a população negra, sendo importante fazer uma crítica ao pacto da branquitude, como ressalta Cida Bento (2019), e também para Silva (2020, p. 21) “a crítica à branquitude é exercício incômodo, mas necessário para avançarmos na promoção de justiça racial e na reumanização de sujeitos que foram coisificados pelo empreendimento colonial”. Ribeiro (2019 p. 21) destaca “a importância de nomear as opressões, já que não podemos combater o que não tem nome”.

Segundo o censo do IBGE 2022, entre os recenseamentos de 2010 e 2022 a população branca caiu de 47,7% para 43,5%, deixando de ser majoritária. Por outro lado, os pardos aumentaram a participação de 43,1% para 45,3%. A população preta saltou de 7,6% para 10,2% e em 2022 eram 20,7 milhões de pessoas pretas. A raça indígena também aumentou a participação no total de habitantes do país, de 0,4% para 0,6%, alcançando 1,7 milhão de

pessoas. Segundo Silva (2018, p. 3), “o fato censitário não significa que os acessos às políticas sociais ocorram qualitativamente na mesma proporção”. O censo indica o crescimento da população negra, porém isso não significa ampliação de políticas sociais que atendam as demandas desta população.

As populações negras continuam apresentando os níveis mais altos de pobreza, de desemprego, de subemprego, associados ao menor acesso aos serviços básicos de saúde e saneamento básico. Como podemos perceber nos dados do censo do IBGE 2022, e na análise de Silva (2018), mesmo a população negra sendo majoritária, devido ao processo histórico de racismo no Brasil não é garantida a esta população o acesso às políticas públicas que promovam justiça social e qualidade de vida. Para Silva (2018, p. 3), “a luta antirracista demanda o enfrentamento político de identificar o Brasil como país institucionalmente racista e, portanto, obrigado a promover políticas públicas de promoção de igualdade racial”.

Conforme atesta o aumento do número de pessoas pretas, isso não significa avanços no que tange à questão étnico-racial no interior das relações de igualdade e equidade, na realidade o racismo estrutural e institucional ainda continua impactando diretamente a vida dessa população.

Todavia em termos relativos à crise financeira e aos ajustes fiscais relacionados aos gastos do Estado, em especial nos cortes de investimentos com as políticas públicas, vemos que afetam diretamente população negra do país, visto que a maioria desta população vive na periferia, sem acesso à moradia, saneamento básico, emprego, com acesso à uma educação de baixa qualidade e uma política de saúde precarizada. Para Silva (2018, p. 9), “na escala social hierárquica e racionalista as vidas de extensas populações negras e não brancas são reduzidas a percentuais de gastos que precisam ser diminuídos”. Ou seja, o desinvestimento em política pública afeta diretamente a população negra, dado que é a mais vulnerabilizada e vive em condições de precariedade, mantendo várias gerações nestas condições.

Nesse cenário é importante citar o movimento de luta e reivindicações e, como exemplo, tem-se a Frente Negra Brasileira² que desde a década de 1930 teve um papel importante na luta pelos direitos da população negra. Mediante a luta dos movimentos sociais negros, em 1951 foi decretada a Lei nº 1.390 no Brasil, a chamada Lei Afonso Arinos, que atribuía punição à discriminação racial. Mas, para Abdias do Nascimento (1978, p. 82),

²https://pt.wikipedia.org/wiki/Frente_Negra_Brasileira, criada em 1931, reuniu muitos milhares de membros, tendo filiais em vários estados, defendendo os interesses da comunidade negra, pregando o seu aperfeiçoamento moral e intelectual e lutando contra o racismo e a desigualdade.

Trata-se de uma lei que não é cumprida nem executada. Ela tem um valor puramente simbólico. Depois da lei, os anúncios se tornaram mais sofisticados que antes: requerem agora "pessoas de boa aparência". Basta substituir "boa aparência" por "branco" para se obter a verdadeira significação do eufemismo. Com lei ou sem lei, a discriminação contra o negro permanece difusa, mas ativa.

Neste mesmo momento histórico de lutas, em 1978 surge o Movimento Negro Unificado (MNU),³ para se somar contra toda forma de opressão e marginalização da população negra. A luta do movimento vem com objetivo de construir e contribuir para os avanços da população negra no Brasil a partir de mobilizações e denúncias, como ressalta Carvalho (2011).

Depois de muita mobilização e luta o movimento negro avança em suas conquistas, as quais de algum modo foram previstas na Constituição Federal de 1988, que de fato foi um marco para as políticas públicas e direitos universais. Importante aqui destacar que a partir dela se estabeleceram leis, medidas de proteção e combate à discriminação racial e cultural. A Constituição Federal de 1988 define em seu artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...). XLI - a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais. (Brasil, 1988).

Assim como no artigo 7º, inciso XXX: “Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil” (Brasil, 1988). Seguindo na perspectiva dos avanços jurídico-normativos, em 1989 foi aprovada a Lei nº 7.716, que criou o crime de injúria racial coletiva, mas também essa nova lei não foi suficiente para eliminar todas as formas de discriminação racial. Conforme menciona Silva (2018, p. 11), “tornou crime a tipificação de contravenção penal, resultou em poucas punições, porque só tinha efeito se o ato racista ocorresse em espaço público”.

Outro marco importante e significativo a se registrar, que ocorreu no ano de 1995, foi a Marcha Zumbi dos Palmares, uma grande manifestação dos movimentos negros na luta contra

³ <https://mnu.org.br/> Movimento Negro Unificado (MNU) é uma organização pioneira na luta do povo negro no Brasil. Fundado no dia 18 de junho de 1978, é lançado publicamente no dia 07 de julho, deste ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em pleno regime militar. O ato representou um marco referencial histórico na luta contra a discriminação racial no país.

o racismo que trouxe para as discussões em nível nacional as questões étnico-raciais, intrínsecas na sociedade brasileira, reivindicando ações concretas de combate ao racismo.

Outras conquistas podem-se registrar aqui com a aprovação de um conjunto de Leis que permitiu alguns avanços na garantia dos direitos da população negra no país, entre elas: a aprovação da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que tornou o ensino obrigatório de História da África e da Cultura Afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio; a Lei 12.288, de 20 de julho de 2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial; a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e instituições de ensino técnico federal de nível médio instituindo cotas para pessoas pretas, pardas, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência; a Lei 12.990, de 9 de junho de 2014; que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos; e a nova Lei do Crime Racial nº 14.532; de 11 de janeiro de 2023, que tipifica como crime de racismo a injúria racial. Dessa forma, os avanços na criação de leis podem resultar na adoção de políticas públicas antidiscriminatórias” (Schucman, 2010, p. 48), no entanto, é necessário aprofundar as lutas e debates. Segundo Schucman (2010, p. 49), sobre a categoria raça “tanto para a implementação de políticas públicas quanto para o reconhecimento positivo da população negra brasileira”.

Desta forma, usar a categoria “raça” na luta antirracista significa dizer que se os negros brasileiros são discriminados por seus traços físicos e pela cor da pele, deve-se pensar em uma articulação política em torno da negritude de forma que as mesmas características, que são hoje objeto de preconceito, sejam ressignificadas positivamente e também fonte de reparação social. (Schucman, 2010, p. 49).

Portanto, para enfrentar o racismo é fundamental desconstruir a ideia de uma democracia racial, esconder e negar o racismo aprofunda a discriminação e o preconceito. É preciso fortalecer a identidade negra para construir a luta antirracista e para a autora é “através da categoria política [raça] que a luta antirracista deve ser articulada” (Schucman, 2010, p. 53)

É importante destacarmos que esse rol de leis contribuiu para a ampliação do conhecimento e o fortalecimento de diálogos a partir da Diáspora Africana. A Lei 10.639/03 foi e é um dos marcos legais para práticas de igualdade racial na sociedade. Esses documentos destacam as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, asseguram a igualdade de direitos e de condições para a permanência de todas as crianças na escola, bem como tornam obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana

nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das escolas brasileiras, públicas e particulares, promovendo discussões acerca da “história que a história não conta”. Esta lei é indispensável para a produção de um conhecimento diverso, para uma educação antirracista, pois, como Carvalho (2015, p. 17) reitera, tem,

[...] fundamental importância uma prática educativa que estimule a formação de valores, hábitos e atitudes, capazes de promoverem uma educação para a diversidade, bem como, comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias.

O ano de 2012 também foi um marco histórico para a população negra, pois nasce a Lei 12.711, que foi e é fundamental enquanto garantia de direitos e acesso à educação superior. Esta lei foi implementada a partir de muita luta dos movimentos negros e sociais tornando imprescindível o ingresso nas universidades públicas por grupos que historicamente não tiveram oportunidades de ocupar esses espaços. Conforme destaca Santana (2018, p. 109), “as políticas públicas de ações afirmativas são eficazes para a população negra, para terem acessos que até então eram impossibilitados pelo sistema hierárquico da sociedade”. Portanto, a implementação de medidas afirmativas, ainda que em números reduzidos, possibilitou representatividades de pessoas negras, povos indígenas e pessoas com deficiência nos espaços acadêmicos e assim fomentando avanços ao direito e igualdade para todos. Pois,

As ações afirmativas devem ser compreendidas não somente pelo prisma retrospectivo - no sentido de aliviar a carga de um passado discriminatório-, mas também prospectivo no sentido de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade. (Piovesan, 2008, p. 890).

Nesse sentido, a fim de avançar nas discussões enquanto reparação histórica e criar uma nova realidade, criou-se também a Lei 12.990/14, a partir de um projeto apresentado em 2013 pelo Executivo e que discute a necessidade de políticas de cotas raciais em concursos públicos, o que possibilitou avanços institucionais, reforçando assim o compromisso, conforme prevê no artigo 4º, §§ II, V, VI e VII da Lei nº 12.288/2010:

II - adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa;

V - eliminação dos obstáculos históricos, socioculturais e institucionais que impedem a representação da diversidade étnica nas esferas pública e privada;

VI - estímulo, apoio e fortalecimento de iniciativas oriundas da sociedade civil direcionadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao combate às desigualdades étnicas, inclusive mediante a implementação de incentivos e critérios de condicionamento e prioridade no acesso aos recursos públicos;

VII - implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros.

Apesar dos avanços que aconteceram ao longo dos anos, ainda assim estamos longe de uma sociedade igualitária e, para Davis (1981), “Numa sociedade racista, não basta não ser racista, é preciso ser antirracista”, pois não é uma luta apenas de pessoas pretas, ou seja, é fundamental entender o racismo como problema de todos para que possa haver mudanças concretas com o intuito de construirmos uma sociedade efetivamente antirracista.

Portanto podemos ver que ao longo do processo histórico os avanços em políticas públicas para a inserção da população negra na sociedade foram fruto de muita luta e organização do movimento negro, que ocupou espaços de debates e até mesmo no poder público a fim de levar as demandas da população negra, um movimento que resultou na aprovação de leis que buscam a igualdade racial em nossa sociedade.

Por fim, essas políticas públicas estão em ação nos dias de hoje, porém ainda estamos longe de pôr um fim na sociedade racista, pois não basta ingressar na universidade, ter acesso a uma educação antirracista ou tornar o racismo crime, é preciso que toda a sociedade avance no reconhecimento dos direitos efetivamente iguais para todos.

3. A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL E O SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE NECESSÁRIO

Nessa seção discorre-se acerca da questão étnico-racial e o Serviço Social, a fim de desvelar como a profissão trata essa discussão historicamente e de que forma a questão étnico-racial tem sido tratada na contemporaneidade. Para tanto, faz-se necessário pensar a profissão desde a sua gênese.

O Serviço Social emerge no seio da ação social da Igreja Católica, sob a influência de sua doutrina social, com forte cunho conservador. Tem como objeto de atuação os problemas sociais, em que os sujeitos são desajustados e precisam adequar-se à sociedade. Havia uma negação da existência das classes sociais, afirmava-se que a sociedade era harmônica e todos deveriam estar comprometidos na manutenção da ordem social.

À medida que o Serviço Social surge profundamente marcado pelo caráter de apostolado católico, analisando a questão social como problema moral e religioso, as relações raciais não são problematizadas adequadamente, uma vez que as reflexões da categoria privilegiam as ações direcionadas à “resolução” moral das contradições de classe. (Eurico, 2013, p. 292).

Considerando a inserção da profissão no espaço de atuação da Igreja Católica e todo o conservadorismo que se materializa a partir das Encíclicas Papais, que serviam de referencial teórico e ideológico do Serviço Social, ou seja, baseando-se no senso comum, assim como o perfil dos profissionais da época – senhoras, brancas, da classe burguesa – é notório o motivo de não haver nenhuma problematização sobre as relações raciais, visto que se preocupavam em adequar os sujeitos e famílias desajustadas negando toda e qualquer contradição. A profissão atuava de forma individualista desconsiderando a totalidade existente nas relações sociais.

Instituiu-se, ao longo das décadas de 1960 a 1980, um processo de renovação do Serviço Social brasileiro, inspirado Movimento de Reconceituação latino americano, amparando-se nas perspectivas: Modernização Conservadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura - que se tornam a base da revisão crítica do Serviço Social brasileiro (Netto, 2009). A partir desse processo, a profissão passa a compreender sua inserção na sociedade as correlações de forças entre o Estado, sociedade civil e a luta de classes. Assim se destacou a importância

de questionamentos quanto às suas bases tradicionais e conservadoras, do mesmo modo, passou a questionar sua intervenção, compreendendo que não poderia estar descolada de valores éticos, concepção de mundo, e de uma leitura crítica da realidade.

Nessa trajetória, Guerra (2005) aponta para a importância da discussão do processo de renovação da profissão, na intenção de romper com o conservadorismo compreendendo a necessidade de uma visão dos processos sociais, em que a doutrina social da Igreja acabou limitando a visão de totalidade, centrando-se no senso comum, portanto, o processo de renovação do Serviço Social brasileiro foi repleto de disputas e desafios, mas propiciou repensar a profissão.

É com a ruptura com o conservadorismo, e com inspiração no Movimento de Reconceituação latino-americano, que a profissão se aproxima do marxismo e passa a compreender o que são as expressões da Questão Social, assim como se entende que elas são objeto de intervenção profissional. Nessa perspectiva, passou-se a ter, como sinaliza Cardoso (2016, p. 445), “a noção de que a intervenção profissional não está solta e dissociada da realidade social”. Nessa mesma direção Iamamoto (2018) discorre que “o Movimento de reconceituação expressa um amplo questionamento da profissão de Serviço Social (suas finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, procedimentos operativos e formação profissional)” (Iamamoto, 2018, p. 213). Ou seja, o Movimento de Reconceituação foi importante para a ampliação de novos questionamentos e reflexões acerca do papel das (os) assistentes sociais, com o propósito de contribuir tanto no trabalho quanto na formação profissional, numa perspectiva que essas profissionais possam intervir e compreender as particularidades das relações dos sujeitos na sua totalidade.

Essa nova configuração da profissão permitiu intervir nas demandas postas aos profissionais a partir do materialismo histórico-dialético, “na afirmação do compromisso com as lutas dos ‘oprimidos’ pela ‘transformação social’ e no propósito de atribuir um caráter científico às atividades profissionais” (Iamamoto, 2018, p. 213). E envolve a análise da evolução dos fenômenos sociais e das contradições entre o capital e força de trabalho. Alcântara (2018) corrobora ao discorrer que,

Ao adotarem o método marxista (fundado na razão dialética), tornou-se possível uma leitura crítica da sociedade, e, a partir dessa leitura, encontrar as determinações que provocam as desigualdades sociais, identificando as expressões da profissão e o seu objeto de trabalho. (Alcântara, 2018.p 3).

Desse modo, a renovação do Serviço Social permitiu, com base no materialismo histórico dialético, analisar a evolução das estruturas sociais e as contradições inerentes à sociedade e na luta das classes sociais, em que as (os) assistentes sociais além de se capacitarem, possam compreender as dinâmicas sociais, reforçando a necessidade de o Serviço Social ter compromisso com a justiça e igualdade social.

Goes (2018) também afirma que “neste processo, o Serviço Social compreende que não há neutralidade no trabalho da (do) assistente social e se reconhece enquanto classe trabalhadora e interventiva nos processos de produção e reprodução das relações sociais” (Goes et al, 2018, p .7). Ou seja, o Serviço Social passa a entender que é uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, tratando-se de uma profissão interventiva, que atua nas relações sociais, tendo em vista que a profissão reconhece que suas intervenções não são neutras, portanto, é influenciada por valores, perspectivas, posicionamentos políticos e sociais na busca de elaborar respostas às demandas da classe trabalhadora. É nesse contexto que se constitui para o Serviço Social brasileiro seu projeto ético-político profissional, pois conforme destaca Alcântara (2018, p. 5),

A formulação de um projeto ético-político ocorre na perspectiva de dar o amálgama interno e buscando orientar o modus operandi de uma profissão, estando submetido aos tensionamentos próprios desse corpus profissional, determinado pelas demandas sociais postas nos espaços de atuação.

Portanto o Serviço Social brasileiro não apenas identifica as mazelas existentes na sociedade capitalista, mas se propõe a atuar de uma forma crítica. Isso implica não apenas em atender às necessidades imediatas, mas também em questionar as causas das desigualdades, se comprometendo com as transformações desta e a construção de uma sociedade justa e igualitária. Do ponto de vista de Iamamoto (2019, p.441), “este é um marco na aproximação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas”. Essa trajetória demonstra o papel crítico e transformador do Serviço Social, tendo como foco um posicionamento de forma crítica, na defesa dos direitos humanos e na promoção de mudanças sociais, tendo como horizonte não apenas responder às necessidades emergentes, mas também se propondo a identificar e questionar as causas estruturais das desigualdades.

Desse modo, o Serviço Social elabora um projeto ético-político que não apenas orienta a prática profissional, mas é fundamental para a construção da identidade profissional e posiciona a profissão como parte integrante das lutas sociais. Como caracteriza Iamamoto (2018, p. 207), “aprender a pensar com Marx supõe mais que um ‘discurso sobre o método’, exige uma leitura criteriosa e cuidadosa de sua teoria e a acuidade do pesquisador na investigação permanente da história da sociedade presente”.

Sendo assim, é através desta relação que o Serviço Social se fortaleceu como profissão, instituindo um compromisso com as demandas da classe trabalhadora, orientado por um projeto ético-político de transformação societária e entre seus princípios fundamentais destaca-se a consolidação e ampliação da cidadania, sendo esta primordial para a sociedade. De acordo Alcântara (2018, p. 4),

Denomina-se, desse modo, de projeto ético-político o que se condensará num arsenal teórico, político e normativo com base na perspectiva crítica (com ênfase especial no marxismo), articulando-se a um projeto societário de ruptura com o capitalismo e afirmação de uma sociedade de livre associados.

A elaboração do projeto ético-político profissional do Serviço Social oferece uma direção social à profissão, estabelece o compromisso ético-político com a classe trabalhadora e sua materialidade se dá no campo das relações sociais. É no cotidiano do exercício profissional que os profissionais constroem respostas às demandas das classes subalternizadas, com as quais se comprometem historicamente. Desse modo, (Matos 2015) sinaliza a importância de pensar um projeto profissional partindo de um projeto societário sem exploração e dominação de classe, raça e gênero e entendendo esse enfrentamento enquanto responsabilidade coletiva. Assim,

Discutir essa questão a partir de uma perspectiva crítica do conjunto das relações sociais, nas quais a discriminação racial é atravessada por determinantes de classe, de raça e de geração. E é sob o conceito de totalidade social que buscamos compreender o fenômeno do racismo e suas múltiplas expressões na sociedade brasileira. (Rocha, 2009, p 542).

Portanto, é somente quando o Serviço Social brasileiro se apropria da teoria social crítica, como fundamento teórico-metodológico e na construção de seu projeto ético-político, que emerge a possibilidade de superar o senso comum e de fato possibilita a problematização

da questão racial, que se imbricam na formação sócio-histórica do Brasil e na conformação desta sociedade, portanto, nas relações sociais, campo de atuação do Serviço Social.

No caso das ações pertinentes à questão étnico-racial, considera-se que são necessárias ações intensivas e incisivas ao combate do racismo. Almeida (2019) ressalta que se o “racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo, é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas” (Almeida, 2018, p.32).

Ainda que o projeto ético-político do Serviço Social ganhasse contornos e substância teórica, ética e política, dada a realidade social pautada na política de branqueamento da população brasileira e no mito da democracia racial, assim como na ausência de análise crítica que nos permitisse compreender a questão étnico-racial, ela esteve silenciada na categoria por um longo período.

No Serviço Social o debate étnico-racial surge com maior amplitude na década de 1980, período em que se registram as primeiras reflexões. Nesse momento histórico, o movimento negro fortalecia-se, seja na luta e resistência à ditadura cívico-militar ou na defesa da liberdade contra o mito da democracia racial. Nesse campo político, várias(os) assistentes sociais integravam estes movimentos sociais, o que acabou levando o debate étnico-racial para a profissão. Vale destacar que alguns estudos apontam que o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) foi um dos espaços onde efetivamente o debate étnico-racial foi inserido como tema a ser debatido pela profissão como uma categoria de análise. E foi no CBAS de 1995 que se criou o eixo temático “O Serviço Social Frente às Relações de Gênero e Etnia” (Moreira, 2020).

De outra parte, atentos aos movimentos sociais e suas discussões, assim como conscientes das demandas da classe trabalhadora, instituíram um processo de revisão tanto do currículo de formação como dos marcos normativos da profissão. A revisão curricular promovida pela ABESS⁴ no final dos anos 1970 e nos anos 1980 resulta em face da dinâmica da realidade social brasileira, o que se configurou por um amplo debate na categoria, construindo reflexões e questionamentos inerentes à própria profissão. O processo de elaboração de um novo currículo se instituiu a partir do esforço de situar o Serviço Social no contexto das relações de classe, com todas suas especificidades e particularidades. O currículo mínimo para os cursos de Serviço Social, de 1982, foi um importante movimento instituído pela

⁴ ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, que mais tarde passa a se chamar ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

categoria, em que se materializou a partir da XXI Convenção Nacional da ABESS e tinha como tema “Proposta de Reformulação do Currículo Mínimo”, em 1979, na cidade de Natal/RN, mas foi somente em 1982 que o Conselho Federal de Educação (CFE) aprovou o novo currículo mínimo do Serviço Social.

A proposta do Currículo Mínimo de 1982 divide-se em ciclo básico e profissionalizante. O ciclo básico incluía o conhecimento da realidade social, o contexto institucional e o desvelamento da população atendida. Foi por meio desta incorporação que temas silenciados na profissão passam a integrar o processo de formação e de debate na categoria profissional, pois o currículo afirmava que “a formação profissional do Serviço Social tem como referência básica o homem como ser histórico de uma realidade [...] daí a relevância de conhecer o contexto social, a dinâmica das instituições e os condicionamentos e relações dos estratos da sociedade” (CEF, 1982), embora fossem discussões ainda muito incipientes, dadas suas ambiguidades e lacunas teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

A categoria prosseguiu com amplos debates sobre a formação e na XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social ocorrida em Londrina-PR, em 1993, se definiu pela revisão do Currículo Mínimo de 1982. Entre 1994 e 1996 foram realizadas cerca de 200 oficinas locais em 67 Unidades Acadêmicas filiadas à ABEPSS e 25 oficinas regionais, seguidas de duas oficinas nacionais (ABEPSS, 1996, p. 3).

Tendo em vista a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 20 de dezembro de 1996, propiciou-se a revisão curricular dos cursos de Serviço Social. Moreira (2016) destaca a importância dos elementos fundamentais das Diretrizes Curriculares de 1996, que são responsáveis pela emergência de novos princípios e valores ético-políticos na formação profissional em Serviço Social, um projeto construído e materializado a partir de uma realidade concreta, desse modo,

Assumidos pela questão social frente à reforma do estado às mudanças no âmbito profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados. (ABEPSS, 1996, *apud* Moreira, 2016, p. 107).

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) pretendem assegurar “a flexibilidade, descentralização e

pluralidade no ensino de Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade” (ABEPSS, 1996, p. 4). Nesse sentido,

[...] entendemos que a nova proposta de Formação Profissional de Assistentes Sociais no cenário brasileiro, está vinculada a uma formação para a vida social, entendendo-a numa perspectiva de totalidade, as contradições e os determinantes postos à realidade social, são inerentes ao modo de produção do capital. (Moreira, 2018, p.106).

Dessa forma, a revisão do currículo da formação profissional foi um marco importante na reconstrução e no fortalecimento do projeto de formação profissional da(o) Assistente Social, um novo *ethos* profissional, repensando o processo do curso para assim atender às novas exigências existentes na sociedade.

Para Gonçalves (2012, p. 3), “é neste contexto que as diretrizes curriculares sinalizam para aspectos básicos à qualificação do profissional que implicam na capacitação teórico-metodológica, ético-político e técnico operativo”, ou seja, é nessa direção que o trato rigoroso da questão social e de suas particularidades na realidade social, o trabalho e a ética, em uma perspectiva ontológica, se expressam em eixos transversais para a compreensão das diretrizes curriculares, categorias assentadas em uma perspectiva crítica e dialética, na direção de avanços com as lutas da classe trabalhadora, considerando que,

[...]capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para apreensão teórico-crítica do processo histórico como totalidade. Considerando a apreensão das particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social na realidade brasileira. Além da percepção das demandas e da compreensão do significado social da profissão; e o desvelamento das possibilidades de ações contidas na realidade e no exercício profissional que cumpram as competências e atribuições legais (ABEPSS, 2014 *apud* Andrade; Souza, 2023, p.5).

Conforme Cardoso (2000), a proposta básica para o projeto de formação profissional da (o) assistente social, compreende uma concepção de caráter interventivo, de forma que a (o) assistente social possa intervir no âmbito da questão social. Para Rocha (2009, p. 542), “Sua intervenção deverá estar coadunada com os princípios do seu código de ética, que afirma que o posicionamento profissional deva ser em favor da equidade e da justiça social”. É diante desse

compromisso ético-político que a profissão busca desvelar as mediações necessárias com a realidade social, o que descortina um conjunto de expressões da questão social,

[...] daí a necessidade do debate permanente e de pesquisa sistemática sobre a questão social como fenômeno vinculado à histórica luta de classes, aprendendo suas diferentes formas de expressão na totalidade social e sua relação orgânica com o Serviço Social e com a profissão. (Cardoso, 2000, p.10).

Desse modo é importante reafirmar o compromisso no que tange às transformações sociais, tendo como horizonte a superação da ordem capitalista em prol da emancipação humana.

No que se refere aos Currículos dos Cursos de Serviço Social e a questão étnico-racial, constata-se ainda a necessidade de avançarmos na implementação de projetos pedagógicos que de fato garantam a questão étnico-racial no processo formativo, não apenas como algo isolado, mas orgânico na estrutura curricular dos cursos. Para ilustração, realizou-se um levantamento das disciplinas do Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a fim de compreendermos como ocorre atualmente a inserção da questão étnico-racial no projeto pedagógico que materializa o processo formativo. Observa-se que das nove (09) fases e suas trinta e nove (39) disciplinas ofertadas, apenas duas (02) disciplinas obrigatórias, sendo elas: Formação Sócio-histórica do Brasil e Antropologia Social indicam em suas ementas a discussão étnico-racial, e uma (01) disciplina optativa: Relações inter-étnicas, totalizando três (03) disciplinas que tratam da discussão da questão étnico-racial, configurando um processo pontual e não orgânico no conjunto de disciplinas que integram o projeto pedagógico do curso. Destaca-se que em 2022 o curso elaborou uma pequena revisão curricular, com a inclusão de uma nova disciplina obrigatória: Questão Étnico-racial e Serviço Social, mas que até a presente data ainda não está em vigência, pois aguarda aprovação na Câmara de Graduação (CGRAD).⁵

Nesse contexto destaca-se o Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida (Coletivo Magali⁶), que toma corpo em 2017 diante as múltiplas demandas que estudantes negras e negros enfrentavam dentro da academia, em específico no Curso de Serviço Social da UFSC, sendo este um espaço de acolhimento e de organização e lutas, fomentando debates no

⁵ Ver Apêndice 01 – Levantamento das Disciplinas e a Questão Étnico-racial no Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC (2024).

⁶ O Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida, fundado em 09 de setembro de 2017. Postagem k na rede social Instagram em 13 set. 2019. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B2XbAWtBi2X>

que tange a questão étnico-racial. O Coletivo Magali tem o objetivo de fortalecer política e academicamente estudantes que historicamente foram excluídos. Nessa perspectiva o Coletivo vai ressignificando espaços da academia, fortalecendo estudantes/pesquisadores negras e negros na busca para a modificação das estruturas desiguais postas pela sociedade.

Nessa perspectiva, o projeto de formação profissional e o compromisso com a classe trabalhadora, também se reafirma a partir do Código de Ética de 1993, assim como a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, documentos que compõem o projeto profissional do Serviço Social e elaboram a direção social da profissão. Nesse sentido, Rissi (2021, p. 3) propõe que,

[...] o assistente social em sua formação precisa compreender esta perspectiva para não esvaziar de sentido os princípios profissionais estabelecidos no código de ética profissional do assistente social de 1993, como o princípio de: empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados (conforme o 6º princípio ético profissional).

Os princípios do Código de Ética de 1993 são a materialização do debate da questão étnico-racial na profissão, com destaque para o inciso VI, conforme sinalizado por Rissi (2021), e inciso XI: “exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 1993).

Eurico (2013) pontua que “isso remete a uma reflexão acerca da importância atribuída à ética e aos direitos humanos no interior do projeto ético-político a partir dos anos 1990, fortalecendo as bases para o desenvolvimento de um debate sobre a questão étnico-racial no cotidiano dos assistentes sociais” (Eurico, 2013, p. 293). Consequentemente, entende-se a importância da evolução do projeto ético-político numa perspectiva de fortalecer as bases profissionais com foco para o desenvolvimento de debates acerca da questão étnico-racial no cotidiano das(dos) profissionais de Serviço Social, promovendo uma atuação eficaz diante das diversidades da população atendida. Eurico (2018) ainda destaca o papel importante das mulheres negras, assistentes sociais, que enfrentaram batalhas fundamentais que possibilitaram mudanças significativas ao debaterem a questão étnico-racial no espaço acadêmico.

Entretanto, o debate étnico-racial no Serviço Social, embora tenha ganhado força e consistência teórica, ainda carece de maior amplitude na categoria. Os anos 2000 foram

importantes para o avanço da pauta étnico-racial na medida em que, nesse período, é notória uma determinada ampliação nas publicações em revistas de artigos relativos ao tema. Importante aqui destacar que no ano 2000 foi fundada a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN⁷), uma entidade que tem como objetivo reunir pesquisadores negros e não negros que se dedicam a estudar as relações étnico-raciais, fomentando e produzindo conhecimento científico pertinente às experiências sociais do movimento negro como conhecimentos leigos dentro da academia.

No âmbito da formação e atuação profissional das (os) assistentes sociais é necessário compreender a questão étnico-racial como parte da questão social, e não apenas uma expressão dela Souza (2020). Destaca-se a necessidade da superação da percepção de que o debate étnico-racial deve ser encarado enquanto uma temática isolada ou específica, mas que é um debate que deve perpassar as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Portanto, é fundamental a incorporação da questão étnico-racial no processo de formação das(os) assistentes sociais, essa inclusão deve se dar por meio de pelo menos uma disciplina específica para aprofundar o debate com a amplitude necessária, assim como inclui-lo nas diferentes disciplinas de maneira orgânica, permitindo a transversalidade com inclusão nos conteúdos, do mesmo modo se faz necessário incluir em atividades de pesquisa e extensão para fomentar estudos que dialoguem diretamente com a questão étnico-racial, enquanto fundante do modo de produção capitalista e da constituição da sociedade brasileira, com vistas ao combate do racismo.

Reafirma-se, então, que o racismo não se resume a números e porcentagens estatísticas oficiais, mas trata-se de uma realidade vivida cotidianamente. Para além, é preciso falar sobre o racismo no cotidiano. Não obstante o racismo por vezes é reproduzido por assistentes sociais, ainda que os princípios éticos, os valores e as normas assumidas coletivamente pela categoria profissional apontem na direção contrária. Rissi (2021, p. 9) reforça,

[...] a importância do debate da questão étnico-racial na formação do assistente social, para uma análise da realidade, que recupere as especificidades do processo da

⁷ Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) fundada em novembro de 2000, a ABPN é uma organização sem fins lucrativos e apartidária, que se destina à defesa da pesquisa acadêmico-científica e/ou espaços afins, realizada prioritariamente por pesquisadores/as negras/os, sobre temas de interesse direto das populações negras no Brasil e de todos os demais temas pertinentes à construção e à ampliação do conhecimento humano e, igualmente, ao desenvolvimento sócio-político e cultural da sociedade. (ABPN, 2018).

formação social e aqui eu me aproprio para mencionar sobre a análise da formação sócio-histórica do Brasil, para trazermos à brasilidade para a formação profissional.

Nessa mesma direção, Janoário (2013, p. 234), corrobora:

O desafio hoje é sensibilizar os assistentes sociais, porque nós temos uma função, ou papel muito importante nessa trincheira. Não precisamos ser negros para entender que a escravidão é um crime de racismo [...] o racismo é crime contra a humanidade [...] o nosso desafio é fazer com que os assistentes sociais percebam isso. Que os assistentes, dentro do espaço de trabalho, possam dar visibilidade à descriminalização racial e ao racismo institucional e não o neutralizar.

Nesse sentido, para uma prática profissional que dê conta de debater a questão étnico-racial se faz necessário ter um aporte teórico e político acerca da realidade brasileira historicamente constituída, entender as expressões da questão social e raciais que assolam a população negra, compreender esse processo são passos essenciais para a prática profissional. Para tanto, é fundamental a apropriação das categorias raça e etnia, “para as análises e reflexões nas ciências sociais é fundamental, sobretudo, no Serviço Social, que atua no âmbito das expressões da questão social, atingem prioritariamente, na realidade brasileira, as populações negras e indígenas” (ABEPSS, 2018, p.15).

Ademais, na gestão 2023-2024 da ABEPSS, o debate étnico-racial foi central para as atividades da entidade, na medida em que a Oficina Nacional da ABEPSS, que reúne todas as unidades de formação do Brasil promovendo a reflexão política e acadêmica, realizou o encontro nacionalmente, de 27 a 29 de outubro de 2023, e teve como tema: “Formação Antirracista e Projetos Societários no Contexto da Flexibilização do Ensino Superior” (ABEPSS, 2024). E o ABEPSS Itinerante, que é um curso de aperfeiçoamento profissional está sendo desenvolvido em todas as regionais da ABEPSS, no período de maio a agosto de 2024, com o tema: “As Diretrizes Curriculares, o Debate Étnico-racial e os Projetos Pedagógicos”, com o objetivo de fortalecer as diretrizes curriculares, articulando-o ao debate étnico-racial contribuindo com a formação e o exercício profissional antirracista e anticapitalista (ABEPSS, 2024). Tudo isso representa um esforço da categoria profissional em tratar e dar a visibilidade necessária ao debate da questão étnico-racial tanto na formação como para o exercício profissional.

Um importante movimento da categoria profissional foi a campanha CFESS-CRESS (2017-2020): “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”. Para além de uma campanha, tratou-se de um chamado a toda a categoria para pensar a questão étnico-racial como elemento fundante da barbarização da vida social no modo de produção capitalista em face das desigualdades existentes. Compreendendo que o Brasil reproduz relações sociais e econômicas desiguais que decorrem de uma formação que historicamente se materializa na vida cotidiana da população negra⁸. Essa campanha assume uma centralidade no âmbito do Serviço Social pautada no enfrentamento do racismo no cotidiano profissional, expressando que o racismo é um enfrentamento a ser realizado e que o Estado deveria usar todos os mecanismos para combater tais desigualdades que são seculares.

Ressalta-se também que em 2018 em Porto Alegre aconteceu o 47º Encontro Nacional CFESS/CRESS e a carta escrita e aprovada expressou o posicionamento crítico e político das entidades sobre a questão étnico-racial. No texto destaca-se que a agenda política do Conjunto CFESS/CRESS reafirma de modo intransigente a necessidade da categoria se comprometer com o combate ao racismo em seu cotidiano (CFESS/CRESS, 2018, p.1),

As inquietações vivenciadas numa conjuntura adversa devem ser ouvidas e trabalhadas a partir do tempo miúdo (Yazbek), para lhes dar significado histórico numa totalidade social, econômica e política. Mais do que regulamentações e enquadramentos, as requisições institucionais devem ser processadas nem ambiente profissional, buscando dar respostas qualificadas. (CFESS, 2021, p. 9).

Portanto, essa campanha teve como objetivo ampliar o debate sobre a questão étnico-racial na profissão e, para além disso, instrumentalizar esses profissionais como parte consciente da sociedade. Sendo assim, o exercício profissional, seus métodos, instrumentos, técnicas e implicações reais e materiais não podem ser entendidos de forma isolada da realidade, da subjetividade e territorialidade. Para Goes (2018), “este é um momento marcante para os profissionais e estudantes que afirmam o compromisso de combate ao racismo existente dentro e fora da profissão” (Goes et al, 2018, p 9).

⁸ Para exemplificar o racismo institucional e expresso nas ações cotidianas dos assistentes sociais indicamos a leitura do texto “Caso Gracinha: pele negra, justiça branca”, Mombelli; Almeida (2016), Revista *Ñanduty*, UFGD. Em que, de acordo com Mombelli e Almeida (2016, p. 178) foram elaborados três relatórios por diferentes assistentes sociais, dois indicavam a ausência de proteção do estado à família e um era “desqualificador da genitora, chamando-a inclusive de promíscua [...] dos três, apenas o primeiro ganhou destaque no processo” o que resultou na destituição do poder familiar.

Salienta-se que esse movimento trouxe avanços no debate para a formação em Serviço Social. A campanha desenvolveu várias atividades, incluindo a participação de movimentos sociais, atos políticos entre outros e se expandiu entre outras entidades representativas da categoria, como a Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Serviço Social (ENESSO).

Nesse sentido a campanha contribuiu para três elementos: o desafio de debater as diferenças e trazer como pauta de discussões as questões étnico-raciais; segundo a reflexão sobre a dimensão técnico-operativa do Serviço Social e, o terceiro, a aproximação dos Movimentos Sociais, que lidam diariamente com os usuários. Logo, essa campanha aponta caminhos fundamentais para o atendimento aos usuários e fomento no debate da realidade brasileira.

Destaca-se aqui o 49º Encontro Nacional do Conjunto CFESS/CRESS, que aconteceu em setembro de 2022, na cidade de Maceió/AL. Nesse encontro foram discutidas várias questões, dentre elas a deliberação histórica frente à categoria, que indicou a realização de estudos para a implementação de cotas para pessoas negras, indígenas, com deficiência e LGBTQIAPN+ nas eleições do Conjunto CFESS-CRESS até 2025, e a criação de Comitês Antirracista e Anticapacitistas dentro das entidades até o fim das gestões de 2020-2023. No que tange à criação de Comitês Antirracistas, compreendemos como um importante espaço de debate e de formação continuada dos profissionais do Serviço Social numa perspectiva de construir ações e práticas antirracistas efetivas.

Tal concepção de formação exige, necessariamente, abandonar as formas tradicionais e limitadas de atuação, convocando o/a assistente social para um olhar ampliado, ou seja, que consiga fazer leitura crítica da realidade social e suas contradições, entendendo também que sua atuação profissional é perpassada por diversas contradições, pois só assim terá possibilidades de intervir qualitativamente na vida do/a usuário/a, objetivando modificá-la e superando a perspectiva acrítica, a-histórica e fragmentada. (Moreira, 2016, p. 108).

A partir desse processo histórico, podemos destacar avanços na luta por uma formação antirracista das(os) assistentes sociais na sociedade brasileira, pois a sociedade precisa de profissionais capacitados para atender e dialogar com 54%⁹ da população que é negra, portanto,

⁹ Dados conforme divulgado na página da Agência IBGE-Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda.

maioria no território nacional. Para Elpídio (2020), “a contribuição do pensamento de Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento, Nilma Lino e demais pesquisadoras/es que vêm construindo uma ciência do Brasil negro, feita por negros e não negros, como propõe Moura (2019)”, cujo objetivo é retirar da condição de subalternidade e processos ampliados de exploração esta parcela da humanidade que, em nome do racismo, tem sido historicamente relegada à condição de desumanidade (Munanga, 2019; Elpídio, 2020, p. 522).

Diante dessa complexa e contraditória realidade, dado o percentual da população negra, e conforme citado acima pelas(os) intelectuais que contribuíram com análises teóricas ao combate ao racismo estrutural e institucional, uma ciência dedicada ao Brasil Negro pode contribuir com a formação antirracista das (os) assistentes sociais; a produção teórica, a pesquisa possibilitarão a capacitação dos profissionais para atender e dialogar, numa perspectiva a promover a inclusão e fomentar políticas públicas para esta população que historicamente é invisibilizadas.

Nas palavras de Silveira (2022, p. 29), “É possível compreender que saberes, conhecimento e cultura estão diretamente ligados, quando o assunto é compreender as práticas educativas”. Ainda segundo a autora vale ressaltar:

É pensando na luta pela educação, e compreendendo que o espaço acadêmico é um local importante de produção, sigo aqui na persistência de escrever as nossas narrativas, no intuito de mobilizar algo que está presente na ausência acadêmica, as subjetividades negras. O movimento tem sido feito para que minimamente se desloque a estrutura para um campo onde a ausência é real, sendo muito difícil “falar dentro do regime repressivo do colonialismo e do racismo” (Kilomba, 2019, apud, Silveira, 2022, p 40).

Ou seja, pensando na luta pela educação, destacam-se os saberes produzidos e sistematizados por pessoas negras dentro da academia, em que o objetivo é mobilizar e trazer à tona essas subjetividades, desafiando as estruturas existentes e criando um espaço em que essas vozes e experiências possam ser visibilizadas. Portanto, incluir e valorizar as perspectivas negras na academia é uma forma de resistência contra as estruturas opressivas.

Entretanto, Rita (2023) discorre acerca da escritora Bell Hooks e Paulo Freire que defendem a educação como uma prática de liberdade. Essa concepção de educação só faz sentido com práticas pedagógicas que visam a transformação e reflexão sobre a realidade.

Portanto, compreende-se que as(os) assistentes sociais precisam desse olhar atento além de leituras acerca da questão étnico-racial e análises da realidade social, pois assim as orientações terão como objetivo a transgressão¹⁰ desses sujeitos. Assim como acrescenta o CFESS (2021) quando reitera que essas leituras contribuem para “atribuir os rumos técnicos e ético-políticos emancipatórios ao trabalho profissional”. Góes (2018, p. 64) afirma essa perspectiva, pois,

A ausência da questão étnico-racial inicia-se no processo de formação, no qual já foi objeto de diversas pesquisas, onde revelam a omissão diante da questão racial a partir da não incorporação em seus currículos obrigatórios. A pretexto de que o debate étnico-racial deve acontecer de maneira transversal, há defesa de que a matéria obrigatória não seria necessária, configurando-se enquanto uma específica que abre margem a diversas outras temáticas cujo o currículo não dá conta de incorporar, seja pelo tempo determinado de formação, seja pelo número reduzido de professores para abarcar a multiplicidade de disciplinas necessárias ao currículo.

Diante do exposto podemos observar que a ausência do conteúdo curricular com viés étnico-racial é um problema que começa no processo de formação, portanto, algumas justificativas comuns para reafirmar essa ideia é que o debate étnico-racial deveria ocorrer de forma transversal, ou seja, tornando desnecessário uma matéria específica. No entanto, entendemos que é essencial a inclusão de uma matéria específica e com profundidade que dialogue diretamente com a questão étnico-racial para que os estudantes e futuros profissionais possam ter uma formação crítica e reflexiva, visando a construção de valores éticos e humanizadores, além da inclusão do debate étnico-racial em todas as disciplinas, em especial as que discutem sobre matéria do Serviço Social.

Desse modo, Rissi (2021) reafirma que o processo político e pedagógico de desconstrução dos ensinamentos racistas que permeiam e sustentam a sociedade brasileira é fundamental para promover uma mudança significativa e inclusiva. É necessário desafiar as narrativas e estruturas que perpetuam a discriminação racial, investindo em uma educação crítica que valorize a diversidade e promova a igualdade de oportunidades para todos. Nessa mesma perspectiva, Rissi (2021) ainda reforça que “o debate da questão étnico-racial precisa compor de maneira central e transversal às disciplinas que compõem a formação profissional,

¹⁰ Para bell hooks, ensinar a “transgredir” é quebrar barreiras raciais, sexuais e de classe e tem como finalidade alcançar a liberdade, sendo este o propósito mais solene do educador. “[...] cérebro um ensino que permita as transgressões - um movimento contra as fronteiras e para além delas. É nesse movimento que se transforma a educação na prática da liberdade” (bell hooks, 2019, p. 24).

com a perspectiva estrutural e estruturante que o racismo se encontra na sociedade brasileira” (Rissi, 2021, p. 4). E é nesse sentido que,

O impacto da pouca reflexão acerca da temática racial no processo de formação certamente será sentido no exercício da prática profissional. Diante do quadro de grande desigualdade social de nosso país, em que está subjacente a discriminação racial, o profissional que foi educado no seio de uma sociedade cuja cultura, ainda hegemônica, é a do mito da democracia racial e que não obteve no período de sua formação instrumentos de análise crítica das relações raciais,[...] poderá ter dificuldade em intervir de forma competente e comprometida com a restituição de direitos violados da população historicamente discriminada por condições étnico-racial. (Rocha, 2009, p. 544).

Portanto, nessa perspectiva compreende-se que a pouca reflexão acerca das questões étnico-raciais contribui na reprodução das desigualdades, limitando a capacidade do fazer profissional que se manifesta na perpetuação de estereótipos negativos ou práticas profissionais que não levam em consideração as especificidades e historicidade vividas pelas populações negra e indígena. Guerra (2005) salienta que há uma grande necessidade de que esses profissionais tenham uma formação teórico-metodológica pautada nos conhecimentos teóricos e interventivos. Consequentemente, defende-se a necessidade de profissionais capazes de atuar sobre a realidade em sua totalidade, criando assim estratégias, políticas e ações profissionais que se apropriem criticamente da realidade social para o enfrentamento de maneira eficaz das demandas que lhes forem postas. Portanto,

[...] é urgente conhecer e ouvir os sujeitos sociais, suas necessidades e interesses, respeitar suas expressões culturais e sua situação de vida, contribuindo para sua explicação; a apoiar o fortalecimento de sua autonomia de organização, [...] e apoiar o fortalecimento de suas formas autônomas de organização, [...] de emancipação política e humana. (CFESS, 2021, p.37/38).

Compreende-se que a prática profissional é resultado da especialização do trabalho coletivo entendendo que a mesma está determinada pela divisão sócio-técnica do trabalho, situando-se no âmbito das relações sociais. Portanto compreende-se a complexidade existente acerca da atuação profissional, seus instrumentos e ações que materializam o caráter

interventivo do exercício profissional, considerando as mediações tanto sociais como organizacionais nessas relações.

Diante do exposto, afirma-se a urgência de se refletir sobre a formação acadêmica e a necessidade de constante formação dos profissionais já graduados em seus espaços de trabalho. É urgente que o debate étnico-racial, pautado na formação sócio-histórica brasileira, seja estruturante de todas as disciplinas na graduação e de todos os espaços formativos fora dela. Ou seja, a necessidade de compreender a questão étnico-racial como fundamental dentro das relações estruturais existentes na realidade social. Pois “o reduzido conhecimento do racismo e suas tramas ideológicas encarceram a consciência e a visão do profissional e o fazem crer que as diferenças étnicas não são tão influentes na geração das diferenças sociais” (Amaro, 2005, Apud, Rocha, 2009, p. 549). Goes (2018, p.67) completa,

Na medida em que a categoria profissional se exime do debate étnico-racial deixa de captar manifestações determinantes para a permanência da desigualdade racial, portanto, não visualizar o racismo como problemático presente na realidade social, acarreta em análises incompletas de tal realidade. Enquanto profissão interventiva, as análises de realidade são imprescindíveis para determinar as ações a serem realizadas nos serviços com os/as usuárias.

Nessa lógica é imprescindível reconhecer e debater a questão étnico-racial, especialmente no interior da profissão, pois tais análises são fundamentais para compreender a realidade existente na sociedade brasileira. Ignorar a existência do racismo é esvaziar as análises e conseqüentemente as ações na prática profissional, perpetuando assim as desigualdades sociais e raciais. Isso significa dizer que reconhecer o racismo como um problema real é fundamental numa perspectiva de promover uma abordagem inclusiva e justa.

Eurico (2018) é provocativa ao questionar umas das ações na luta contra o racismo no exercício profissional: é preciso ter um olhar atento aos indicadores sociais e a qualificação desses dados como fundamental para acesso aos serviços para esta população. Para tanto,

É preciso aprofundar o debate para não incorrer em erros grosseiros, a partir da reprodução de discursos vazios e estereis acerca de uma questão tão cara para a sociedade, [...] uma vez que a pressão das terminações sócio-histórica que conformam a presença negra no país é fator primordial para o atendimento dispensado pela (o) assistente social se efetive com base nos princípios que norteiam o trabalho profissional, independente da área de atuação. (Eurico, 2018, p.525).

Rocha (2009, p. 548), corrobora quando destaca que,

A ausência ou não preenchimento do quesito cor nos instrumentos de registro e geração de informação da saúde, ou qualquer outro serviço público, nos aponta uma das muitas outras formas de expressão do racismo no Brasil, que é o silêncio das informações relativas à cor/raça como forte mecanismo de invisibilidade racial.

A questão étnico-racial tem que ser pontuada desde as pequenas ações, partindo do registro, até ações estratégicas tanto junto à equipe de trabalho como em relação aos usuários das políticas sociais, é desse modo que se constrói a visibilidade necessária e o enfrentamento ao racismo. Igualmente pontua-se que toda essa problemática se dá a partir da insuficiente produção teórica, visto que a ampliação desta tem ocorrido somente nos últimos anos, o que para Rocha (2009, p. 557) “nos leva a buscar entender os fatores que têm contribuído para o pouco interesse investigativo sobre a questão étnico-racial enquanto dimensão das relações sociais”.

Nesse sentido, Magali da Silva Almeida, durante uma entrevista em 2013¹¹, também indicou que há pouca produção sobre a questão étnico-racial no Serviço Social. Ela expõe que para uma formação de qualidade se faz necessário trazer o debate da questão étnico-racial desde os primeiros momentos da graduação, incluindo os espaços onde esses profissionais irão atuar (Janoário, Rocha, Dias, 2013). Almeida, ainda aponta as mazelas do racismo institucional e a importância das estudantes negras e negros nas universidades, bem como a presença de professores nas instituições de ensino que superem e rompam com teorias e conhecimentos eurocêntricos, fundados numa historicidade branca e europeia como centro do mundo e das suas transformações.

Assim, a formação acadêmica, ainda pautada em instituições e políticas elitistas, precisa ser um lugar de pertencimento, fala, escuta e representatividade para estudantes negras e negros; assim como ter um conhecimento real da formação sócio-histórica brasileira. Para Eurico (2018), é importante que os avanços continuem e que tenham como objetivo desvendar as relações étnico-raciais que estão intrínsecas na questão social, e que não seja uma ação somente particular das (os) assistentes sociais negras (os), mas sim de todo o coletivo de profissionais,

¹¹ JANOÁRIO, R. S.; ROCHA, R. F.; DILAS, S. Entrevista com Magali da Silva Almeida. In: *Libertas*, vol 13, n.1, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

para pensar estratégias interventivas no âmbito das políticas públicas voltando-se ao combate de todas as formas de discriminação.

Portanto, persiste como desafio no Serviço Social a necessidade de enfrentar o conservadorismo e consolidar a ruptura com o Serviço Social tradicional. Para, além disso, temos como desafio compreender as demandas dos usuários e usuáries negras, bem como dos estudantes em incorporar problemáticas ainda pouco aprofundada na formação profissional. (Goes, 2018, p. 61).

Parafraseando Eurico (2018) ainda que aconteçam os debates no que tange à questão étnico-racial, é fundamental o engajamento dos profissionais na luta contra todas as formas de exploração e opressão como parte essencial para alcançar os objetivos éticos-políticos do Serviço Social. Esses objetivos são delineados no Código de Ética de 1993, que enfatiza a liberdade como um valor central, defende os direitos humanos de forma intransigente, busca eliminar o preconceito e a discriminação como princípios éticos fundamentais.

Além disso, é essencial destacar o desafio de desenvolver um perfil profissional antirracista, o que requer uma educação voltada para as relações étnico-raciais em toda a formação em Serviço Social, sobretudo em um contexto que o racismo é estruturante da sociedade. É necessário, no âmbito da formação profissional, integrar a questão étnico-racial como uma das determinações da questão social, com objetivo de se refletir o real compromisso da categoria profissional na construção de um projeto ético-político baseado em princípios emancipatórios e, conseqüentemente, contrário a todas as formas de exploração, dominação e opressão.

Por fim, como se constata nessa seção, vivenciamos um adensamento tanto de produções teóricas, com artigos, livros e publicações diversas, assim como se observa movimentos políticos, tanto das entidades político-organizativas da categoria (CFESS/CRESS/ABEPSS/ENESSO), como de movimentos sociais envolvidos com a luta e resistência do povo negro, o que por certo tem ampliado e qualificado o debate étnico-racial no Serviço Social brasileiro. Isso significa que há a necessidade de manter e dar continuidade a um movimento permanente de discussão da questão étnico-racial em todos os espaços, sobretudo na formação e no exercício profissional.

4. A PRODUÇÃO TEÓRICA DO SENASS/UFSC E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL

A sala de aula, com todas as limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permite encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade. (hooks, 2013, p. 273).

Nessa seção iremos apresentar os resultados da pesquisa realizada nas quatro edições do Seminário Nacional e Serviço Social, Trabalho e Política Social (SENASS), em que foram analisados artigos que abordam temas sobre a questão étnico-racial e de que forma o Serviço Social incorpora esse debate tanto no processo de formação como na intervenção profissional.

Para essa pesquisa foram feitos levantamentos de artigos¹², pesquisados por palavras-chave, usando os seguintes termos: Racismo, Questão Racial, População Negra, antirracismo, assim como se realizou um mapeamento por resumos, para identificar os artigos que tratavam do debate racial. Vale destacar que as quatro edições foram realizadas nos seguintes anos: 2015, 2017, 2019 e 2022.

Os artigos foram selecionados a partir de uma leitura dos resumos, e cada um foi categorizado de acordo com as reflexões que apresentavam acerca da questão étnico-racial e sua relação com o Serviço Social. Foram encontrados um total de 649 artigos publicados durante os anos pesquisados. A seleção dos artigos foi criteriosa, buscando produções que abordassem de forma significativa as questões étnico-raciais dentro do contexto do Serviço Social.

Para propiciar a análise dos artigos selecionados, procedeu-se uma leitura na íntegra dos artigos, definiram-se três categorias a saber: *Questão Étnico-racial e Gênero*; *Questão Étnico-racial, Pobreza e Questão social*; *Questão Étnico-racial e Serviço Social*. Com a definição dessas três categorias de análise, apresentamos as reflexões tecidas nos artigos selecionados, para o que, passamos ao momento da exposição.

¹² Ver Apêndice 02: Quando de Artigos Selecionados das Edições do SENASS

4.1. CONHECENDO A HISTÓRIA DO SENASS/UFSC

O Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social (SENASS) é um evento acadêmico e profissional promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), organizado pelo Departamento de Serviço Social (DSS), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) e Curso de Graduação em Serviço Social (CGSS). Elaborou-se um projeto na perspectiva de pensar um evento focado em uma formação, teórico metodológico, crítica reflexiva, aos estudantes para enfrentar a dinâmica das questões sociais contemporâneas. Em face da conjuntura, o curso busca criar alternativas para aprimorar a formação de profissionais, no intuito de contribuir para a formulação, gestão e implementação de políticas sociais, defendendo direitos humanos e promovendo democracia e cidadania.

Em outubro de 2015 o Departamento de Serviço Social se articula com PPGSS e CGSS e realiza o I Seminário Nacional Serviço Social, Trabalho e Política Social, esse evento teve a participação de 300 pessoas. Foram submetidos para apresentação 248 trabalhos, sendo aprovados 185 artigos. Os anais do evento foram publicados em CD-rom e todos os trabalhos aprovados estão disponibilizados no site do Seminário.

O Evento teve mais três edições que ocorreram em 2017, 2019 e 2022. O II Seminário que aconteceu em 2017, contou com a presença de pesquisadores e palestrantes de todas as regiões do Brasil e também do exterior, esse evento proporcionou um espaço de debate sobre a política social, o trabalho, o Estado e a luta de classes, entre outros. Foram submetidos para apresentação 344 trabalhos, dos quais 240 artigos foram aprovados.

O III Seminário que aconteceu em 2019, seguindo as mesmas diretrizes dos eventos anteriores, trouxe para o debate a crise do capitalismo e seus impactos na geopolítica da América Latina. Também se falou sobre o Estado, a luta de classes e as contrarreformas em curso. Sobre o trabalho, o seminário abordou o trabalho profissional e a realidade do trabalho na sociedade capitalista. Na abertura, a Profa. Dra. Joaquina Barata Teixeira discutiu Serviço Social, Lutas Sociais e Direitos Humanos. A Profa. Dra. Rosa Lúcia Prêdes Trindade e o Dr. José Álvaro de Lima Cardoso falaram sobre Trabalho e contrarreformas. A Dra. Leila Scorsim Netto e o Prof. Dr. Guilherme Silva de Almeida discutiram Política Social e neoconservadorismo. Na última mesa, as Profas. Dra. Beatriz Augusto de Paiva e Roberta Sperandio Traspadini falaram sobre Serviço Social e a disputa de projetos societários. Houve sessões temáticas com apresentações de pesquisadores, docentes, profissionais e estudantes.

Importante ressaltar que todos os artigos estão arquivados em Anais e dos quatro eventos, todos estão disponíveis no site.¹³

Os seminários são importantes na evolução e ampliação dos debates abrangendo temas emergentes que refletem sobre a realidade brasileira e latino-americana, sendo estes fundamentais para a prática, formação e produção de conhecimento na área de Serviço Social. As edições do evento frequentemente abordam questões que refletem sobre a realidade atual do Brasil e da América Latina, que enfrenta conflitos políticos e ideológicos devido à crise econômica, social, política e sanitária.

Além disso, a programação inclui discussões sobre questões étnico-raciais e de gênero em uma sociedade de classes. Nos Seminários são abordados também os desafios para a produção de conhecimento e suas implicações na formação dos profissionais de Serviço Social, por meio de palestras, mesas temáticas, rodas de conversa, minicursos e sessões temáticas, considerando as necessidades históricas postas na realidade da sociedade capitalista. Em suma, o Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social é um marco na agenda dos profissionais e estudiosos do Serviço Social, refletindo um compromisso contínuo com a justiça social e a transformação da realidade social através do trabalho coletivo e da política pública.

4.2. UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO TEÓRICA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO E O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

No âmbito do ensino superior e da formação profissional do Serviço Social, a produção teórica desempenha um papel fundamental na construção de subsídios para uma prática profissional com uma leitura crítica da realidade. Essa produção de conhecimento não tem o objetivo de somente disseminar conhecimento, mas também estimular mudanças significativas na sociedade. Pois quando registramos, pesquisamos, sistematizamos nossa história, tanto da profissão quanto da própria realidade, demarcamos questões importantes para o processo de aprendizagem de como a sociedade e a profissão se organizam e se configuram. As questões teóricas tem um lugar que é da academia, porém as(os) profissionais que acessam tais produções constroem possibilidades de compreender, que numa sociedade racista, não basta ser

¹³ Anais do Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858>

antirracista é preciso construir pontes, estratégias e modos de superação das mazelas existentes na sociedade. De acordo Negri (2013),

Destaca-se a importância de instituir um processo de ensino/aprendizagem voltado a elucidção e aprofundamento das vertentes teóricas que instituíram o processo de amadurecimento profissional e as produções teóricas que oferecem o suporte teórico-metodológico necessário à intervenção profissional e ao processo de formação. (Negri, 2013, p.8).

Conforme aponta a autora, é fundamental criar um processo que auxilie compreender as teorias importantes na formação profissional das(os) assistentes sociais. Isso significa estudar as ideias que dão a base teórica necessária para a prática a fim de que as (os) profissionais possam intervir de maneira eficaz e para que os estudantes adquiram uma formação sólida.

Aqui discorremos sobre a importância da produção teórica sendo este um espaço de diálogos e troca de experiências, possibilitando que profissionais e estudantes, compartilhem pesquisas produzidas e dialoguem sobre práticas e desafios enfrentados em seus cotidianos, tanto profissional, quanto acadêmico. A produção teórica tanto em eventos, como em periódicos, assim como livros, artigos e coletâneas desempenham um papel crucial para o exercício profissional antirracista, oferecendo meios para a disseminação de conhecimentos, debates e reflexões que possibilitam o aprofundamento da compreensão sobre o racismo e suas múltiplas dimensões.

Tabela 1. Mapeamento dos Artigos Publicados nas quatro (04) Edições do SENASS

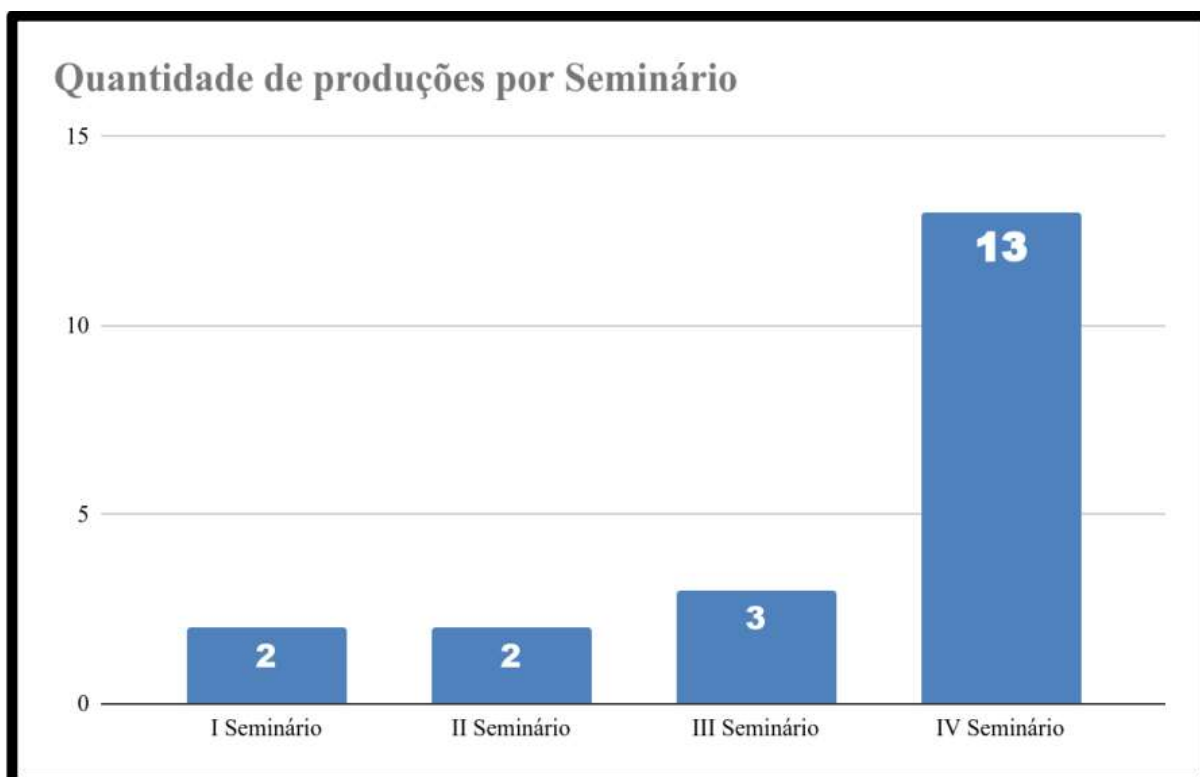
Edições do Seminário	Ano	Nº de Artigos Publicados	Nº de Produção Encontradas
I Seminário de Serviço Social, Trabalho e Política Social	2015	166	2
II Seminário de Serviço Social, Trabalho e Política Social	2017	214	2
III Seminário de Serviço Social, Trabalho e Política Social	2019	89	3
IV Seminário de Serviço Social, Trabalho e Política Social	2022	180	13
TOTAL		649	20

Fonte: Elaboração da autora 2024

Os eventos acadêmicos, conferências e seminários proporcionam espaços para a troca de ideias e experiências entre pesquisadores e profissionais de diversas áreas sendo fundamentais para o desenvolvimento de estratégias de combate ao racismo, além de promoverem a conscientização e a sensibilização sobre a importância da luta antirracista no ambiente profissional. Essa troca de informações é essencial para a formação de profissionais mais conscientes e preparados para enfrentar o racismo em suas práticas diárias, oferecendo uma fonte de referência permanente para estudantes, pesquisadores e profissionais.

Essas obras compilam estudos de caso, análises teóricas e experiências práticas, servindo como material educativo e de consulta, enriquecendo o arcabouço teórico e fornecendo ferramentas teóricas e metodológicas para a atuação antirracista. Dada a importância da produção de conhecimento conforme discorremos acima, e no que tange o conhecimento produzido acerca da questão étnico-racial, apresentado no SENASS em suas quatro edições, identifica-se a quantidade de artigos produzidos que discutiam a questão étnico-racial na Tabela 1.

Gráfico 1. Quantidade de Produção sobre Questão Étnico-racial por Edição



Fonte: Elaboração da autora,

A primeira análise possível é constatar que nas primeiras edições havia uma baixíssima produção teórica sobre a questão étnico-racial, apenas uma média de 1,83% dos artigos tratava do debate, em 2022 observa-se uma elevação significativa no número de produções teóricas em comparação às edições anteriores, no entanto, em relação ao número total de artigos publicados representa apenas 7,22% das produções. Essa significativa elevação nos artigos sobre a questão étnico-racial no ano de 2022 por certo tem relação com o próprio amadurecimento e ampliação do debate no contexto da profissão, pois tanto na academia, como nas instâncias político-organizativas, como se discutiu na seção anterior, tomam força e consistência. Ao observarmos os dados acima fica evidente a insuficiência de produções sobre o debate e nas palavras de Goes (2018, p.87)

[...] há a necessidade de desvendarmos os motivos pelos quais a categoria tem pouco interesse investigativo no tema, mesmo levando-se em consideração que seu público majoritário em alguns serviços é negro e que há uma grande parcela de mulheres negras compondo a categoria profissional de assistentes sociais.

Nessa perspectiva, se faz necessário compreender os entraves da baixa produção no que tange a questão étnico-racial, pois o pouco interesse das (dos) profissionais de Serviço Social em explorar estudos sobre o debate, para Almeida (2017), evidencia a persistente invisibilidade do debate, situação vinculada ao caráter conservador da profissão, visto que ainda não se aborda de forma adequada o fenômeno político do racismo. Nessa direção o CFESS (2021), indica que é fundamenta

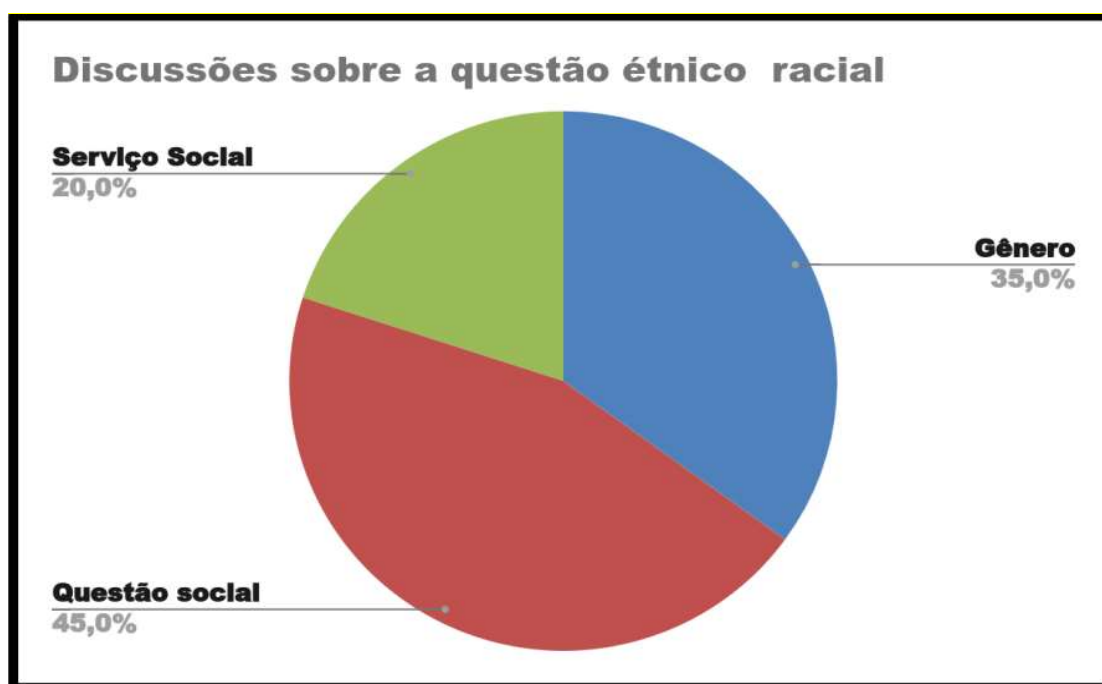
[...] o desenvolvimento de estudos sobre a formação social e histórica do Brasil e suas incidências no universo do Serviço Social, explicando as expressões da “questão social” e dos sujeitos que as vivenciam em suas dimensões de raça, etnia, sexualidade, geração e território - a classe trabalhadora e seus segmentos - com os quais trabalhamos e contribuimos para a sua visibilidade na cena pública. (CFESS, 2021, p.26).

A partir dos artigos selecionados nesta pesquisa, sinaliza-se que é preciso promover estudos com base no entendimento que o racismo é estrutural e estruturante nas relações existentes na sociedade, portanto há a necessidade de que os profissionais da área incorporem os conhecimentos já existentes, mas para além a urgência de aprofundar e avançar no debate e na qualificação teórica, visto que a ausência da discussão étnico-racial, reflete tanto no

atendimento direto aos usuários quanto na formulação, implementação e avaliação de políticas, programas e serviços. Dado que a população negra é a mais excluída desse acesso, por isso a (o) assistente social tem um papel significativo no enfrentamento dessa realidade.

Para compreendermos o trato e direcionamento dado à produção teórica nas quatro edições do SENASS, passamos a analisar os artigos selecionados a partir das três categorias das análises elencadas. Dos vinte (20) artigos selecionados que tecem reflexões acerca da questão étnico-racial, sete (07) referem-se à Questão Étnico-racial e Gênero; nove (09) tratam da Questão Étnico-racial, Pobreza e Questão Social; e quatro (04) discutem sobre a Questão Étnico-racial e Serviço Social, conforme veremos no gráfico abaixo:

Gráfico 2. Distribuição dos Artigos Selecionados por Categoria de Análise:



Fonte: Elaboração da autora, 202

4.2.1. Questão Étnico-racial e Gênero

Na primeira categoria “Questão Étnico-racial e Gênero” aqui apresentada, foram selecionados sete (07) artigos que tratam da discussão de gênero. De modo geral os artigos destacam as múltiplas formas de violência que as mulheres, especialmente as mulheres negras, enfrentam na sociedade brasileira. A discussão abrange desde os desafios das famílias monoparentais até a interseccionalidade de gênero e raça, a exploração econômica, o racismo estrutural e a necessidade de políticas públicas inclusivas.

Nesse sentido, as/os autores discutem como a mulher negra é responsabilizada por todos, pela vida das pessoas que as cercam. Isso porque essas mulheres são vistas somente como as provedoras, encarregadas de organizar a vida do outro e fadadas a submeterem-se a qualquer situação pela família. Sendo isso, consequência do colonialismo existente ainda nos dias atuais. Mas vale destacar que, isso deu-se a partir de uma construção social de gênero e raça, onde pessoas ditam quem deve ou não cuidar da casa, família e/ou ocupar certos espaços. Por isso, os/as autores abaixo destacam também a importância de aprofundar as discussões acerca das questões de gênero e raça. Pois discutir o racismo também é questionar a falta de políticas públicas que defendem as especificidades e necessidades das mulheres negras, que na maioria das vezes ficam à margem da sociedade, a violência obstétrica que muitas mulheres negras sofrem e todas as desigualdades existentes na sociedade.

Dada essa discussão ao longo da análise aponta-se aqui alguns tipos de violências aos quais as mulheres em sua grande maioria sofrem e particularmente as mulheres negras que são condicionadas a múltiplas violências.

Dos artigos selecionados, Babiuk (2015) discorre acerca da família monoparental e a mulher enquanto provedora, sendo a única responsável pela criação dos filhos, enfrentando desafios significativos, tais como a sobrecarga de trabalho, dificuldades financeiras e a falta de apoio social e institucional. Porém, a autora pontua que “Muitas mulheres encontram na autonomia econômica uma forma de romper como ciclo de violência, uma vez que, a partir de tal fato, é-lhe facultado deixar o lar, levando consigo seus filhos” (Babiuk, 2015, p.3). Ademais,

[...] não podemos analisar gênero isolado das determinações econômico-sociais, pois são as mulheres trabalhadoras, de baixa renda, pretas e periféricas quem mais sofre com as opressões, discriminações, violência, dupla ou tripla jornada e trabalhos precarizados ou sub-precarizados. (Fernandes; Silva; Silva, 2022, p.6).

Igualmente dos artigos selecionados Fernandes; Silva; Silva (2022) indicam que a questão de gênero é uma construção social que incorpora valores sociais e culturais moldando identidades e papéis sociais, portanto, a discussão de gênero evidencia as desigualdades entre homens e mulheres, sendo as mulheres sobrecarregadas com responsabilidades que deveriam ser compartilhadas pelo Estado e pelos homens, caracterizando uma sociedade fundamentada no patriarcado. Como caracteriza Cavalcanti (2022), outro texto selecionado, por consequência:

O patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, ele é, também, um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico. (Cavalcanti, 2022, p. 5).

Nos estudos de Silva (2022) conforme a seleção de artigos, para entendermos a violência contra as mulheres no Brasil se faz necessário estudar e aprofundar nossa formação social, cultural, política e econômica. Com essa afirmação é possível perceber, de acordo com a pesquisa, que ampliar o debate sobre gênero, conforme a seleção de artigos, para Brito (2022) é fundamental para desconstruir a percepção que a “sociedade” tem da imagem da mulher como mero objeto de prazer e posse masculina. E aqui cabe ressaltar a importância de fazermos um recorte sobre as mulheres negras, pois ao longo desse trabalho dialogamos com autores que buscam respostas às inquietações das condições vividas pelas mulheres negras na sociedade brasileira.

Nesse sentido, Babiuk (2015), compreende a necessidade de considerar a intersecção entre gênero e raça, pois mulheres negras frequentemente enfrentam múltiplas camadas de discriminação, exacerbando as dificuldades socioeconômicas. Silvio de Almeida (2019) dialoga com essa categoria, quando pontua que mulheres negras estão expostas a postos de trabalhos mais precários, com menores salários e com baixa ou nenhuma proteção. Nessa direção Davis (2016) aponta que,

Proporcionalmente mais mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que as suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras, reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. (Davis, 2016, p.17).

Portanto podemos perceber que historicamente as mulheres negras tiveram que equilibrar suas responsabilidades com a necessidade de trabalhar fora para sustentar suas famílias. Esse legado histórico continua a influenciar a vida das mulheres negras hoje, refletindo as desigualdades e desafios persistentes em relação ao trabalho e à divisão de tarefas domésticas. Segundo Babiuk (Werneck, 2008, apud Babiuk, 2015, p.3) “Historicamente, as mulheres negras são violentamente invisibilizadas e oprimidas considerando contexto de racismo e sexismo”. Essas desigualdades são frequentemente vistas como naturais, reforçando a sua perpetuação na sociedade. Como pontua Brito (2022) visando compreender a herança do modo escravista na contemporaneidade as mulheres negras são;

O Retrato das desigualdades de gênero e raça, elaborado em 2011 pelo IPEA (apud IPEA, 2013), também traz à tona dados de famílias chefiadas por mulheres, cuja porcentagem de 51,1% é formada por negras e em maioria, são mulheres que residem somente com os/os filhos/as (55,2%) - ou seja, monoparentais femininas. (Babiuk, 2015, p.4).

No campo das políticas públicas outro artigo selecionado, Souza e Almeida (2022), discorrem sobre a importância do debate do racismo institucional, especificamente sobre violência obstétrica, pois para as autoras “o racismo tem determinado às condições de vida e saúde limitando o acesso desse grupo racial e de gênero aos direitos universais e humano”. (Souza; Almeida, 2022, p.1). Ou seja, essa discriminação sistemática perpetua desigualdade, limitando que essas mulheres negras alcancem de forma adequada e recebam cuidados de saúde de qualidade.

Souza e Almeida (2022) pontuam em sua pesquisa que um dos elementos centrais da violência obstétrica contra as mulheres negras é o racismo estrutural. Almeida (2019) corrobora ao destacar que o racismo está enraizado nas normas e práticas sociais, perpetuando desigualdades e limitando o acesso de grupos raciais e de gênero aos direitos básicos e à saúde adequada. Logo,

É um aspecto a ser considerado no desenvolvimento do sistema capitalista na particularidade brasileira. Esse é um ponto que consideramos fulcral para reflexão da violência obstétrica contra as mulheres negras, não sendo possível uma intervenção profissional com caráter crítico e emancipatório que deixe de considerar os processos históricos e sociais que envolvem a vida e o corpo das mulheres negras,

suas lutas na colônia, império e nos pós abolição. (Souza; Almeida, 2022, p. 9).

As autoras ainda evidenciam as violências e desigualdades vividas pelas mulheres negras, que são resquícios deixados pelo colonialismo e ainda muito presente nos dias atuais. Para Fernandes; Silva; Silva (2022) essas mulheres negras trabalhadoras de baixa renda periféricas são as que sofrem as mais intensas formas de opressão que está diretamente relacionada à tripla discriminação que estão submetidas, pela sua raça, classe e gênero.

Partindo dessas considerações, na análise de Silva (2018) conforme visto na seção I, concluímos que mesmo que tenhamos avançado no debate no que tange às questões sobre a mulher negra, ainda assim fica evidente a dinâmica de vida das mesmas, que se caracteriza pela opressão, sem avançarmos na efetiva superação dessa realidade. É necessário que o debate sobre a questão étnico-racial e de gênero seja enfrentada, compreendida e implementada, desde o momento de uso dos instrumentos e técnicas que possam dar suporte, passando pelos subsídios ético-políticos e fundamentos teórico-metodológicos. Para tanto se faz necessário práticas transformadoras de compreender as singularidades e diferentes situações concretas vivenciadas por essas mulheres.

O artigo selecionado de Lamb (2022) discorre acerca dos desafios contemporâneos no Serviço Social a partir de uma revisão bibliográfica que vai problematizar a reatualização do conservadorismo, levantando a discussão de que o mesmo já havia sido superado nos marcos organizativos, ainda se reatualiza de forma latente nos dias atuais no bojo da sociedade e internamente no Serviço Social. Para reforçar essa ideia a autora reitera que

O período do Movimento de Reconceituação até os dias atuais representa a disputa entre projeto conservador de classes dominantes e projeto alternativo emancipador, principalmente considerando o momento de avanço de forças conservadoras e contra revolucionárias. (Lamb, 2022, p.3).

Para a autora é notório compreender que o Serviço Social não fica imune às influências dessa conjuntura, para ela o cenário atual pode facilitar a reatualização dos projetos conservadores. Inclusive considera que não se pode esquecer que o conservadorismo tem raízes históricas na profissão. Para tal, a autora destaca ainda em seu texto que,

Entende-se que tanto a temática do conservadorismo, quanto às temáticas que inter-relacionam gênero, raça e classe, se põem como demandas contemporâneas para o Serviço Social, a primeira na perspectiva de enfrentamento, e a segunda na perspectiva de incorporação, aprofundamento e compromisso diante da formação e atuação profissional sob uma perspectiva emancipatória. (Lamb, 2022, p.1).

Contudo, reforçando o que a autora já traz na citação acima, o texto também destaca que para o enfrentamento do neoconservadorismo deve-se fortalecer as organizações políticas, além de articulações com organizações representativas das classes trabalhadoras, movimento social, movimento racial, populares e democráticos. A ideia é juntar forças e lutar contra o conservadorismo. Mas para tal, é importante incorporar-se nas formações, atuação e organizações políticas, principalmente da categoria. Para assim, avançar no que tange a criticidade, além de fortalecer a classe trabalhadora, incorporando assim uma discussão importantíssima em torno da raça, classe e gênero.

4.2.2. Questão Étnico-racial, Pobreza e Questão Social

Na segunda categoria “Questão Étnico-racial Pobreza e Questão Social” a ser apresentada, foram selecionados nove (09) artigos que tratam da discussão da desigualdade e questão social. De modo geral os artigos discutem extensivamente como a escravidão e o colonialismo moldaram as estruturas socioeconômicas da América Latina, com ênfase nas persistentes desigualdades sociais, raciais e econômicas. Reiterando que grande parte da população invisibilizada estão nas comunidades periféricas. As/Os autores também destacam que muitas expressões da questão social se configuram pela desigualdade, e o mito da democracia racial é o potencializador dessas desigualdades.

É a partir dessa estrutura que as populações mais vulneráveis são condicionadas à superexploração do trabalho, permitindo apenas uma condição mínima de sobrevivência. AS/Os autores/as ainda acrescentam que com o mito da democracia racial, a população negra fica ainda mais vulnerável no que se refere à saúde, moradia e a educação, além de muitas vezes serem submetidos ao trabalho análogo a escravidão, para tanto destacam a necessidade de abordagens mais inclusivas para enfrentar os legados históricos da escravidão e do colonialismo.

Esse tema tem sido estudado por Shupingahua (2015), um dos artigos selecionados, que analisa em seus escritos, as questões da pobreza, desigualdade social, racismo e violação de direitos sofridos pela população afrodescendente no Peru. Assim para Shupingahua (2015, p. 1),

El Estado y las sociedades en América Latina han mostrado poco interés por generar medidas y acciones que puedan contribuir a erradicar los rezagos de esclavitud y colonialismo hacia la población afrodescendente para promover justicia social y desarrollo con identidad

A partir desses aspectos constatamos que tanto no Brasil como no Peru, o modus operandi da sociedade capitalista, fundamentada na desigualdade foi estruturada durante o processo de escravização, sendo determinante no âmbito das relações da vida social da população negra.

A partir disso seguimos observando os atravessamentos vivenciados pela população negra, onde no decorrer das nossas leituras, os autores como Silva (2018) e Guimarães (1995) reforçam as bases estruturais desse sistema colonial, que foi “implementado” nas américas. Esse resquício da escravidão criou fraturas imensuráveis nas possibilidades de construção de uma vida digna para as populações negras da América Latina, logo do Brasil.

Nessa direção o “mito da democracia racial”, foi uma estratégia adotada para o silenciamento e invisibilidade da população negra, o artigo selecionado de Barcelos (2019), indica que esse mito fortalece o racismo velado, reforçando a desigualdade social e a intolerância, principalmente nas camadas mais vulnerabilizadas e destacamos aqui a classe trabalhadora os periféricos que na sua grande maioria são pessoas negras ou radicalizadas. Ainda de acordo com o autor,

[...] essas são histórias ‘persistentes’, que não terminam com a mera troca de regimes; elas ficam encravadas nas práticas, costumes e crenças sociais, produzindo novas formas de racismo e de estratificação. (Schwarcz, 2019, Apud, Barcelos, 2019, p.6).

Nessa direção Barcelos, aponta algumas possibilidades de enfrentamento das desigualdades sociais e raciais:

Com isso, é preciso ter ciência de que, toda e qualquer formulação político estratégica oriunda da classe trabalhadora, seja para orientar a sua ação visando minorar a sua situação de exploração ou para impulsionar uma atuação subversiva ou revolucionária, a especificidade do negro como uma força de trabalho subalternizada e depreciada pelo capital é uma realidade visível e persistente. (Barcelos, 2019, p.9).

Para Teles e Marcelino (2019), artigo selecionado na pesquisa, o Brasil carrega as marcas da exploração, necessárias para moldar as condições de acumulação de riquezas do país, pela superexploração do trabalho que se manifesta nas condições mínimas de sobrevivência da classe trabalhadora. Na visão de Teles e Marcelino (2019, p. 2)

[...] desse modo particular de desenvolvimento os velhos poderes da sociedade colonial brasileira que, materializados pela estrutura arcaica e dependente de produção e reprodução social, se ocupam em manter o status quo, preservando os velhos modos de distribuição/concentração da riqueza socialmente produzida e a reprodução de seus interesses em detrimento das possibilidades de elevação dos níveis de qualidade de vida e redução da desigualdade social.

A partir desses fundamentos, podemos pensar a realidade brasileira, oriunda de uma formação sócio-histórica marcada pela dominação e escravização colonial dos povos negros e indígenas e que a maior parte da classe trabalhadora hoje composta pela população negra que vive de trabalhos informais e precarizados sem chance de um projeto de educação, de moradia, saneamento básico e trabalho ficaram totalmente relegados enquanto mão de obra barata ou absorvidos no exército industrial de reserva.

Do ponto de vista de Silveira; Rocca; Felisberto (2019) artigo igualmente selecionado, o processo de escravidão no Brasil deixou sequelas que é impossível pensar na população negra, sem mencionar às bases que indicam as condições da chegada e o lugar social que esta população ocupa, o sistema econômico utiliza o racismo para pagar a força de trabalho, resultando em uma maior pobreza para essa parcela da sociedade.

Isso dificulta a inserção das pessoas negras no mercado de trabalho e frequentemente lhes nega o reconhecimento de sua cidadania. Mesmo quando conseguem algum avanço, enfrentam resistência da classe dominante, majoritariamente branca. Nessa direção, Teles e Marcelino (2019, p. 4) afirmam que, “a reprodução das contradições inerentes à formação sócio-histórica brasileira impacta na continuidade e agravamento das condições atuais e na

capacidade de resposta do Estado e sociedade”.

Logo a superexploração nas relações de produção e a luta de classes no capitalismo têm exigido debates mais amplos no que tange à questão social e o racismo, e igualmente no Serviço Social na contemporaneidade. Consequentemente as(os) assistentes sociais negras (os) têm desempenhado um papel importante na criação de abordagens teórico-metodológicas que incluem o debate étnico-racial na análise da questão social no Brasil. Nessa direção, Santos (2022), em seu artigo selecionado, explicita que,

[...] a raça transcende como um elemento que naturaliza a exploração de indivíduos na estruturação das relações produtivas no modo capitalista, sendo assim, a heterogeneidade sobre o conceito de raça ainda é uma barreira a ser superada na sociedade brasileira. (Santos, 2022, p.6).

Através do artigo selecionado de Araújo; Nobre e Piteira (2022) podemos compreender que no Brasil, a proteção social, adaptando-se aos estágios de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nessa direção a proteção social então passou a garantir condições de vida para parte da classe trabalhadora, sua importância contribui para a reprodução da força de trabalho, obrigando o Estado e o capital a atender às necessidades de sobrevivência dos trabalhadores, essencial para a própria continuidade do sistema capitalista. Segundo descreve Silva (2022, p. 3),

[...] as ações assistenciais foram utilizadas historicamente como instrumento eleitoreiro e moeda de barganha populista’. Ou seja, o caráter da Assistência Social, inicialmente, era pautado em ações que não buscavam intervir eficazmente nas demandas sociais, mas sim manter as populações vulneráveis às dependências de ajudas estatais’.

Araújo, Nobre e Piteira (2022) apontam no que tange a proteção social, que avançamos de forma significativa enquanto um direito, na Constituição Federal de 1988, pois nela a Assistência Social é incluída no tripé da Seguridade Social, formado pela Assistência Social, Saúde e Previdência Social, instituindo um caráter de política pública, promovendo acesso aos meios mínimos sociais de sobrevivência. Em síntese,

[...] passa a ser guiada pelos princípios da universalidade, descentralização e da participação social. Assim como já é possível observar no parágrafo 4o, artigo 226 da constituinte, o reconhecimento de que a ‘família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado’. (Fritzen, 2015, Apud, Araújo; Nobre; Pietro, 2022, p. 3).

Segundo as autoras, a política de Saúde passou a ser de acesso universal, à Assistência Social foi destinada a todos que necessitarem, para tanto cabe aqui ressaltar a partir da análise da autora, que discorre sobre a Covid 19, e as políticas públicas sociais, que tem sofrido desmontes e ataques constantes. Isso tem agravado a questão social e aumentado a desigualdade, destacam o ano de 2016, com o impeachment de Dilma Rousseff, como um ponto crítico para esses retrocessos.

Cada ataque às estruturas que garantem os direitos sociais se eleva as condições precárias daquelas pessoas que sabemos que serão afetadas, aquelas que socialmente, mas que principalmente racialmente são atravessadas pelas mazelas de um governo que não estava preparado para enfrentar uma crise sanitária de tamanha proporção, a exemplo, da pandemia.

E queremos relembrar que pouco ou nada se encaminhou para que um programa de governo fosse implementado diante de tamanho caos. Mais uma vez, os periféricos e negros são relegados quando o tempo é garantia de direitos, recaindo na responsabilidade dos movimentos sociais, toda a mobilização para manter essa população viva e com as mínimas condições.

O texto selecionado de Abreu e Moser (2022), discorre acerca da periferia e segurança pública. Esse texto tem como principal objetivo refletir sobre os desafios encontrados pelas famílias periféricas no acesso à política de segurança pública no Brasil. Consequentemente discute sobre a igualdade racial, social, discriminação, pobreza e violência. As autoras destacam que a escolha do debate emerge a partir dos inúmeros casos de violências que alguns grupos e setores localizados na região de Florianópolis (SC) passaram, e sofreram violações por serem vítimas de uma política de segurança que promove o encarceramento em massa. É importante reiterar que, os grupos citados acima são em sua grande maioria pessoas pobres e negras da periferia e como bem diz o texto “sem acesso às políticas públicas e submetidas à criminalização da pobreza e da miséria” (Abreu; Moser, 2022, p. 2).

O texto selecionado de Silva (2022) busca discorrer acerca do trabalho análogo ao da escravidão que ainda é latente até os dias atuais. Para contextualizar, o autor acrescenta que “O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravatura baseada na posse dos negros pelos

senhores de engenhos, donos de minas e barões do café” (Silva, 2022, p.1). Em contraponto, o autor chama atenção, pois, mesmo abolindo a escravidão, as condições da escravatura ainda persistem nos dias atuais. Violando os tratados internacionais com as Nações Unidas que proíbe trabalhos análogos a escravidão. Reforçando ainda no corpo do texto que,

O primeiro tratado internacional abordando a proibição da escravidão foi firmado pela Liga das Nações Unidas, em 1926. Neste ano, a Convenção sobre Escravidão definiu a escravidão como ‘o estado e a condição de um indivíduo sobre o qual se exercem, total ou parcialmente, alguns ou todos os direitos de propriedade’. (Silva, 2022, p.4).

A partir dessa análise, Silva chama atenção para as políticas públicas, de fiscalização e assistência às vítimas que vêm sendo insuficientes para superar a questão. Por fim, o mesmo acrescenta a importância da erradicação do trabalho análogo da escravidão enquanto uma forma de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

O trabalho selecionado de Rodrigues (2022) apresenta a população negra como um componente da questão social, sendo a questão racial essencial no entendimento da construção do país. Além de ser possível a partir da questão social, compreender como a acumulação de riqueza pela classe dominante, e por consequência quem são os mais afetados. Rodrigues (2022) salienta a teorização importante que Marx nos expõe sobre as condições históricas e necessárias para a produção do exército industrial de reserva, para a acumulação, para composição de trabalhadores não formalizados, que irão vender sua força de trabalho por qualquer valor,

Segundo Conceição (2014) o exército industrial de reserva consiste no contingente de trabalhadores que não foram absorvidos pelo trabalho formal, mesmo estando aptos ao trabalho, é este excedente que impõe às pessoas que vendem sua mão de obra e se submetem aos mandos do capital ao passo que o excedente de trabalhadores (as) acirra a competitividade entre eles (as), já que não existe trabalho para todos (as), tendendo a rebaixar seus salários, condição que impede muitas vezes os (as) trabalhadores (as) de se organizarem enquanto classe (Iamamoto, 2011, apud Conceição, 2014). Para a autora (2014) a valorização do capital e a exploração que resulta em mais-valia acontecem na mesma medida que se desvalorizam os salários da classe trabalhadora. (Rodrigues, 2022, p.3).

O artigo expõe o quanto a escravização da população negra contribuiu para alienação do trabalhador, conforme diz o autor,

Moura (1992, P. 04) pontua que ‘a história do negro no Brasil confunde-se e identifica-se com a formação da própria nação brasileira e acompanha a sua evolução histórica e social’. Para o autor, mesmo a população negra participando de todas as áreas da economia que estava se desenvolvendo, não pôde desfrutar da divisão dessa riqueza, assim como a classe trabalhadora em geral sendo ela negra e não negra não participa até os dias atuais. Moura (1992) coloca que eram os/as negros/as que produziam a riqueza daquela época, ele também ressalta que essa produção era adquirida através de normas de trabalho que quem ditava era a: ‘classe senhorial e pelas estruturas de poder da época’. (Moura, 1992, p.8, Apud Rodrigues, 2022, p.7).

Isso significa que a construção sócio-histórica da sociedade brasileira se fundamenta na exclusão da classe trabalhadora, especialmente nos espaços decisórios e em especial a população negra de nosso País foi e permanece invisibilizada, alijada da participação social tanto nos espaços de tomada de decisão quanto no campo produtivo diretamente. Contudo a marginalização dessa população do processo produtivo não significa não fazer parte, uma vez que excluídos desse processo contribuem diretamente com a produção da mais valia, visto que empurrados para compor o exército industrial de reserva contribuem diretamente para a acumulação do modo de produção capitalista, tanto pelo rebaixamento salarial, como no tensionamento por postos de trabalho. Desse modo, a consolidação do modo de produção capitalista no Brasil tem a participação direta da população negra, que marginalizada integra o “exército industrial de reserva” e fundamenta o sistema produtivo do País.

4.2.3. Questão Étnico-racial e Serviço Social

Na terceira categoria “Questão Étnico-racial e Serviço Social” a ser apresentada, foram selecionados quatro (04) artigos que tratam da discussão. De modo geral os artigos discutem a importância de expandir o conhecimento no campo do Serviço Social no Brasil, integrando abordagens teóricas que considerem a realidade social e a pluralidade dos sujeitos. Há um destaque para a persistência do racismo na sociedade brasileira, influenciado pelo mito da democracia racial que perpetua a discriminação e marginalização da população negra. As/os autoras/es trazem a relevância das/os assistentes sociais compreenderem como o racismo afeta

diretamente a vida das pessoas, particularmente no Sistema Único de Saúde (SUS), sublinhando a necessidade de reconhecer e combater o racismo para uma prática profissional eficaz e inclusiva.

Há também discussão sobre a presença de estudantes negras/negros no curso de Serviço Social e a luta histórica por espaço na educação, as cotas são vistas como um avanço, mas ainda enfrentam barreiras racistas. A pandemia de Covid-19 evidenciou essas desigualdades, com a população negra sendo desproporcionalmente afetada devido ao racismo institucional. As/os autoras/es também reforçam a importância das/dos profissionais terem um arcabouço teórico para assim entender as demandas dos usuários e intervir de maneira assertiva, tanto em instituição pública quanto na privada, cumprindo suas atribuições e competências, conforme seu código de ética. Nesse sentido, é essencial que o Serviço Social expanda seu campo de conhecimento, incorporando outras abordagens teóricas relevantes no contexto brasileiro. Nas palavras de Yazbek (2005, p. 155),

[...] Uma das questões cruciais do Serviço Social é o descompasso entre nossa apreensão mais ampla da realidade, fundamentada em referenciais ontológicos totalizantes, que nos permite uma apropriação do movimento mais geral da sociedade e o nosso exercício concreto da profissão, em seu tempo miúdo, com homens concretos, inseridos em processos e dinâmicas singulares.

Portanto, pensar nos sujeitos concretos com suas singularidades e dinâmicas nos reporta a pensar na pluralidade de nossa sociedade, apreender o contexto macro societário prescinde de entendermos as relações sociais dos sujeitos, e estes são diversos e singulares, no entanto na realidade social se configura a ideia de homogeneização de apagamento de qualquer diferença.

É nesse sentido, que para Souza e Garcia (2017), em seu artigo selecionado, o racismo persiste na sociedade brasileira por ser um país “miscigenado”, pautando-se no mito da democracia racial, em que se preconiza a ideia de que as raças se misturaram e conseqüentemente não existe racismo no Brasil. Como já explicitado anteriormente, essa ideia de democracia racial serve como base ideológica de uma política que discrimina, é racista e marginaliza a população negra. Para Fagundes (2020, p. 66) “[...] a ideologia da democracia racial foi erguida e utilizada como política de Estado para proporcionar uma ampliação na já diferenciada condição de vida e trabalho entre negros e brancos”.

As autoras aqui em questão, relatam a experiência em seus estágios supervisionados, apontam a relevância de falarmos do papel das (dos) assistente sociais na política de saúde no

Sistema Único de Saúde (SUS) e a importância de entender como o racismo se manifesta, afetando diretamente a população negra. Logo,

Percebe-se ao longo do Estágio Supervisionado 2 que os adolescentes negros e negras usuárias do serviço mesmo sem perceber, trazem relatos de como o racismo tem influenciado em suas vidas em diversos aspectos. (Souza; Garcia, 2017, p.6).

Fernandes; Silva e Silva (2022) corroboram ao discorrer que,

[...] também reflete na saúde dessas mulheres, pois a ausência de informações e conhecimentos sobre o acesso aos serviços de saúde traz consequências como 46,27% das mulheres negras nunca passaram por um exame clínico de mama contra 28,73% de mulheres brancas que também nunca passaram pelo exame. (IPEA, 2004 apud Fernandes; Silva e Silva, 2022, p. 8).

Nesse sentido, constata-se que o racismo se manifesta nas suas mais variadas formas, conforme apontam as autoras acima em seu texto, os jovens revelam nas suas experiências diárias, como o preconceito racial impacta em diversos aspectos, desde suas relações pessoais e acadêmicas, até suas perspectivas de futuro. Esses relatos trazem à tona a importância de reconhecer e enfrentar o racismo, no entanto, se apropriar do debate é fundamental para as ações na área da saúde, reconhecendo que o racismo é uma parte da questão social mais ampla. Cabe aqui refletirmos a partir da Constituição Federal de 1988, artigo 196:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução dos riscos de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988).

Portanto sendo esse um direito universal, é uma política pública que deve estar ao alcance de todos, sem nenhum tipo de restrição ou discriminação, pois é diretriz do SUS o acesso universal e igualitário.

No texto selecionado de Penas; Silva e Escorsim (2017) outro debate importante para o processo de compreensão da questão étnico-racial para o Serviço Social é entender quem são os sujeitos que acessam o curso de Serviço Social, e se há universitários/as negras e negros. É importante salientar que o campo da Educação, sempre foi um espaço de disputa, e que

historicamente lutou-se e se vem lutando para a garantia de sua consolidação como política pública. Desde o Teatro Experimental do Negro¹⁴ (TEN), perpassando por outros espaços de organização e diálogo da construção intelectual, a população negra vem protagonizando, conquistas importantes que desafiam um sistema que foi forjado na escravização e tinha como objetivo, apagar da história brasileira o negro. Nas palavras de Penas; Silva e Escorsim (2017, p. 2), “denota-se, então que o país não ofereceu subsídios para a sobrevivência de negras e negros, tão pouco buscou inclui-los nos diversos espaços institucionais e sociais”.

Outro ponto importante é entender o papel das instituições de ensino e a possibilidade de reparações históricas, uma vez que esse espaço foi negado à população negra. Atualmente, as cotas representam uma perspectiva de avanço para os diferentes Movimentos Negros e Sociais. Além disso, as autoras reforçam a necessidade de que os profissionais cumpram suas atribuições com a compreensão de que o país é continental, culturalmente diverso e ainda carrega os resquícios violentos da escravização. Portanto, é urgente que as políticas públicas sejam efetivamente direcionadas à equidade. Do ponto de vista de Penas; Silva e Escorsim (2017, p. 1), “ao longo da história brasileira, a mesma não vem sendo assegurada para a população negra, apesar das recentes políticas inclusivas, uma vez que a cultura racista impossibilita o acesso, a permanência e a continuidade na graduação dos estudantes negros”.

Diante dos vários atravessamentos que passam a população negra, é importante entender que o racismo estrutural, institucional, o mito da democracia racial, criam condições de morte para o povo negro. Exemplo disso foi o surto da Covid 19, onde o percentual de maiores afetados se concentrou na população negra, não só pela doença, mas também pelo descaso, e ou falta de formação dos profissionais da área, bem como as condições econômicas que impactam diretamente as camadas mais pobres. O texto selecionado de Nascimento e Mota (2022) discorre sobre o racismo institucional e a saúde da população negra brasileira durante a pandemia. Este trabalho foi uma pesquisa bibliográfica que se apoiou em trabalhos já existentes no campo da saúde, do trabalho e das relações étnico-racial dentro do Serviço Social e da Política Nacional de Saúde integral da População Negra. Além disso, o artigo foi desenvolvido com o objetivo de contribuir nas discussões sobre o impacto do racismo institucional na sociedade brasileira.

¹⁴ **Teatro Experimental do Negro (TEN)** foi uma companhia teatral brasileira, fundada por Abdias do Nascimento, que atuou entre 1944 e 1961. Entre 1952 e 1953 o grupo teve um programa de mesmo nome na TV Tupi apresentando teleteatros. https://pt.wikipedia.org/wiki/Teatro_Experimental_do_Negro

As autoras nesse texto chamam a atenção para o acesso desigual à saúde na pandemia, enfatizando que este caso revelou o abismo racial. Pois nessa conjuntura o racismo impactou diretamente ao definir quem morreria ou não, reiterando ainda que,

Devido ao racismo a população negra teve seu direito à saúde negado, o que em um contexto de retrocessos como o que vivemos é extremamente perigoso. Racismo este, por sua vez, que tem sua existência questionada pelo mito construído de que existiria uma “democracia racial” em nosso país e por isso, as elites brasileiras, se silenciam e se eximem da responsabilidade de integrar o negro à sociedade, de garantir sua expansão como ser social e a consolidação de sua cidadania. (Nascimento; Mota, 2022 p.2).

Conforme as autoras, a partir disso surgem novas responsabilidades de intervenção para os profissionais do Serviço Social, pois se reconhece que a partir da atuação e encaminhamentos pode-se reforçar o racismo institucional a partir de práticas discriminatórias. Para tal, as autoras compreendem o racismo institucional também enquanto “um racismo sistêmico, que garante a exclusão de alguns grupos raciais, no contexto brasileiro é possível destacar a exclusão histórica de negros e indígenas” (Nascimento; Mota, 2022 p. 4).

Por fim, as autoras compreendem e reconhecem a urgência de uma organização profissional, mas sinalizaram que os resultados reforçam que a construção de uma sociedade livre de opressões só será possível com o fim do capitalismo, assim como preconizado nos princípios do código de ética profissional do/a assistente social.

O artigo selecionado de Venzo (2022) parte da discussão do modo de produção capitalista dividido em duas classes sociais, enfatizando as várias opressões, sendo uma delas o racismo, além do mais, trata do Serviço Social e sua relação com o debate da questão étnico-racial. Destaca a autora, que diante de um Estado que foi obrigado a responder às demandas apresentadas pela classe trabalhadora, instituiu políticas sociais para responder às expressões da questão social e nesse contexto emerge o Serviço Social, que elaborou seu processo de renovação buscando sua profissionalização, pois tem sua origem na ação social da Igreja católica, muito arraigado à caridade de mulheres brancas, que projetam o espaço de poder, vinculando-se aos interesses da classe dominante,

Assim a sua égide se inicia como caridade aos pobres. Em sua configuração da época era possível entender tais atitudes das damas brancas de caridade como ações caritativas e sem nenhuma intenção de problematizar ou institucionalizar tal questão.

O serviço Social é consequência de um modo de produção que explora negros e brancos, tendo como suporte mulheres brancas que pretendiam fazer o “o bem” e a igreja querendo se promover e conseqüentemente alcançar poder em cima do proletariado. (Venzo, 2022, p.03).

A autora ainda aponta que o Serviço Social apesar dos seus avanços teóricos, não conseguiu qualificar os debates em relação à questão étnico-racial ainda vigentes em nosso país, assim como o marxismo não venceu essa barreira,

Como foi dito acima, é visível que em alguns campos do marxismo e do Serviço Social em seus escritos e autores tentam segmentar/nivelar o que tem importância preferencialmente, a exemplo disso tem-se quando discorrem que em primeiro lugar vem a classe e posteriormente outras opressões, contudo discorda-se desse possível argumento, pois não se pode criar um “ranking” de do que “se sofre mais”. (Venzo, 2022, p.05).

Vale salientar que o Serviço Social para além das questões já abordadas, precisa avançar, enfrentar os desafios cotidianos e dialogar com as questões da luta de classes e igualmente construir estratégias e posicionamentos ético-políticos, teórico-metodológicos que investiguem a questão étnico-racial, visto que luta de classe e a questão étnico-racial não estão descoladas.

Por fim, a pesquisa aqui apresentada indica que a produção de conhecimento no campo do Serviço Social, em especial nas edições do SENASS, indica avanços importantes no debate da questão étnico-racial, contudo ainda é necessário ampliar e consolidar esse debate na profissão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“As mulheres negras se frustram e se sentem tensas no dia-a-dia universitário, mas elas resistem, elas vêm buscando se “moldar” nesses ambientes, mas sem perder a autenticidade, a singularidade, com a finalidade de lutar por espaços e possibilidades. O propósito é desafiar lugares que estranham os corpos negros, é desafiar as estruturas impostas”. (Silveira, 2018, p.67).

Ao longo dessa pesquisa, foi possível refletir a partir das leituras e estudos, que vivemos em uma sociedade estruturalmente racista, em que a questão étnico-racial é esquecida e por vezes pouco debatida em diversas esferas, inclusive, no Curso de Serviço Social. Portanto, destaca-se a importância de inserirmos as manifestações do racismo e como o mesmo afeta diretamente a vida da população negra nas diferentes disciplinas e debates travados no processo formativo. Pois como bem reitera Almeida (2018, p. 24) “Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça, como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes que culminam em desvantagens e privilégios para indivíduos a depender, do grupo racial ao qual pertencem”.

Dessa forma, afirma-se que discutir a formação sócio-histórica brasileira evidenciando as relações étnico-raciais presentes, não somente fazendo recortes da realidade, é fundamental para avançarmos no desvelamento da sociedade em que vivemos. Nesse sentido, Almeida (2018) irá demarcar que o racismo é estrutural e estruturante da sociedade brasileira, enquanto um conjunto de práticas institucionais, históricas, culturais e interpessoais que frequentemente colocam um grupo social ou étnico em uma posição melhor em detrimento de outro, fundando e estruturando as relações sociais que se constituem.

Ao compreendermos que o racismo é parte estruturante da sociedade e que o Serviço Social é uma profissão que além de compreender essa sociedade tem o papel de intervir nela através das suas atribuições e competências, considera-se importante introduzir as discussões que permeiam a questão étnico-racial e incorporar demandas oriundas da população negra, para assim apontar caminhos, ampliar e garantir os direitos dessa população. Especialmente levando em consideração que constitui o maior público dos programas, projetos e serviços das políticas sociais, ou seja, o Serviço Social trabalha diretamente com a classe trabalhadora que é composta massivamente por pessoas negras.

E nessa perspectiva Guerra (2000) aponta a importância de compreender a instrumentalidade, que se refere à capacidade desenvolvida historicamente pelo Serviço Social,

carregada de intencionalidade, e que por meio das atribuições e competências e de seus instrumentos e técnicas, possibilita a intervenção na realidade. A realidade está em constante movimento e nos coloca demandas e necessidades mais complexas e para isso a produção de conhecimento fomenta e fortalece a intervenção profissional. O exercício profissional fundamenta-se nas dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa, além da capacidade investigativa e da perspectiva educativa da intervenção. Por serem históricas, estas dimensões não podem estar descoladas do real entendimento acerca das particularidades que perpassam e determinam, também historicamente, a vida dos sujeitos na sua totalidade.

Portanto, podemos considerar a relevância de um atendimento direcionado à população negra, que vise a sua emancipação levando em consideração aspectos estruturais da sociedade, seu processo histórico e a luta de classes, posicionando-se no enfrentamento às desigualdades sociais e raciais presentes na sociedade. Assim, como acrescenta Rambo, (, p.2) quando reitera que, “[...] o processo emancipatório, percorrendo essa visão, acontece de uma intencionalidade política que assume um futuro voltado para a transformação social”. Isso pode ocorrer quando todos aqueles que são comprometidos com o enfrentamento aos sistemas opressores assumem posição política.

Importante aqui destacar, os avanços nos últimos anos com a atual gestão do conjunto CFESS/CRESS e as ações da ABEPSS que refletem a relevância atual do tema dentro da profissão, demonstrando um processo de amadurecimento e construindo de forma coletiva o debate da questão étnico-racial, sendo esse um debate essencial para a categoria.

Como vimos, desde o final do século XX, houve pesquisadoras pioneiras na discussão étnico-racial, contudo, somente nos últimos dois anos é que observamos a ampliação das discussões sobre a questão étnico-racial como uma categoria crítica que vem ampliando seus debates.

Diante de toda a análise feita até aqui, destaca-se a importância da revisão curricular, já iniciada em alguma medida, pelo curso de Serviço Social, para a construção de um currículo voltado para a ampla discussão sobre a questão étnico-racial, tendo como base, por exemplo, o Estatuto da Igualdade Racial, que não aponta somente as questões raciais, mas a importância da equidade, pois não há democracia efetivamente onde o racismo coexiste.

A formação e o trabalho do profissional, serão construídas, a partir de uma caminhada e conhecimento epistemológico que proporcione pensar as várias dimensões que afetam os usuários/as, é preciso transversalidades, interações, espaços onde o debate de raça, classe e gênero de fato possa ser transformados em instrumentos e técnicas de trabalho, que assegure o

horizonte de uma política que já existe e que precisa ser aplicada, para além de tudo, seja eficiente para o enfrentamento das desigualdades.

Reforçar o papel do profissional, segue sendo a luta daquelas e daqueles que compreendem a relevância do debate acerca do combate ao racismo e violências correlatas, pois tal ação põe por terra a ideia de um determinismo social e racial que paira na nossa sociedade. Esse enfrentamento diz respeito ao pouco investimento em políticas públicas que proporcionam uma sociedade que urge pela equidade.

Vale destacar que o esforço até aqui empreendido é para que possamos entender que a academia precisa “radicalizar” seus cursos, seus programas, seus currículos, disciplinas e ementas. Na UFSC no Serviço Social, como já abordado antes, o corpo discente dispõe somente de disciplinas optativas, logo ficando à cargo do próprio estudante o interesse pelas mesmas. A disciplina obrigatória deste curso, que versará sobre as questões raciais, está em trâmite desde o ano de 2022. Não há dúvidas que com a implementação das cotas raciais no ensino superior, condicionou muitos cursos a avaliarem como tem sido a construção deste conhecimento, visto que prepara um profissional para lidar com essa realidade.

Consideramos que houveram avanços na categoria, no que tange às discussões sobre as questões raciais. Mas deve-se ressaltar que estes avanços se deram a partir da luta e debates dos próprios profissionais e estudantes negras e negros que tem travado historicamente lutas importantes.

É evidente que o atual cenário reconhece que os fortes debates estejam corroborando para a ampliação do mesmo, exigindo assim, respostas institucionais e profissionais concretas, na qual haja encaminhamentos direcionados e que considerem os atravessamentos e especificidades, pois é de suma importância que esses profissionais, incorporem e reconheçam o debate étnico-racial, como fator associado à garantia e acesso de direitos pela população negra pertencente a classe trabalhadora.

Por fim, no que concerne aos estudos sobre a produção teórica no âmbito das quatro edições do SENASS, ela representa o próprio cenário do debate étnico-racial na profissão, na medida em que nos anos iniciais, pouco se pesquisou e produziu sobre a questão étnico-racial, com um adensamento significativo na última edição em 2022, no entanto isso não significou que se tenha alcançado um nível de produção de conhecimento suficiente, ainda estão presentes lacunas nessas produções, portanto caberá a categoria, aos órgãos políticos organizativos e a própria academia avançar nas elaborações para aprofundarmos o debate étnico-racial no Serviço Social brasileiro.

REFERÊNCIAS

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Brasília – DF: ABEPSS, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf
Acesso em 29 mai. 2024.

ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Oficina Nacional e ABEPSS Itinerante**. Brasília – DF: ABEPSS, 2024. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/noticias.html?pag=2> Acesso em 28 jun. 2024.

ABPN, Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. **Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, COPENE**, outubro, 2018. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=460. Acesso em 20 jun. 2024.

ABREU, Patrícia Lúcia da Silva *et al.* Periferia e Segurança Pública: breve discussão sobre o acesso das famílias à política de segurança pública no Estado brasileiro. **IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – Senass**, Florianópolis, p. 1-10, jul. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858> Acesso em: 28 jun. 2024.

ALCÂNTARA, Elton Luiz da Costa. Marxismo E Projeto Ético-Político Do Serviço Social: fundamentos para pensar o Serviço Social brasileiro e seu projeto profissional numa perspectiva crítica. **ENPESS**, Vitória, p. 1-19, dez. 2018.

ALMEIDA, Magali da Silva. Diversidade Humana e Racismo: notas para um debate radical no serviço social. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 32-45, 2017.

ALMEIDA, Silvio de. **O que é Racismo Estrutural?** 1.^a ed. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANDRADE, Liliane Gomes de Abrantes *et al.* As diretrizes curriculares da ABEPSS frente ao avanço do ensino a distância. **Educação em Foco**, Belo Horizonte, p. 1-21, jun. 2023.

ARAÚJO, Matheus da Silva *et al.* A Trajetória da Política de Assistência Social Brasil: entre avanços, retrocessos e os desafios impostos pela crise política e sanitária. **Social, Trabalho e Política Social – Senass**, Florianópolis, p. 1-10, jul. 2022. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858>. Acesso em: 30 jun. 2024

BABIUK, Graciele Alves. Famílias Monoparentais Femininas, Políticas Públicas em Gênero e Raça e Serviço Social. **I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais Florianópolis**, p. 1-8, out. 2015. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858>. Acesso em: 06 jun. 2024.

BAPTISTA, M. V. Prática Social/Prática Profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. BAPTISTA M. V. & BATTINI, O. **A Prática Profissional do Assistente Social**. São Paulo, CNPq/Veras, p. 13-27, 2009.

BARCELOS, Jonaz Gil. A Questão Racial e a Formação da Classe Trabalhadora no Brasil. **III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**, Florianópolis, p. 1-10, nov. 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858> Acesso em: 19 jun. 2024.

BARROS, Aidil J.P.; LEHFELD, Neide A.S. **Projeto de Pesquisa: propostas Metodológicas**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras; 2022.

BRASIL, **Constituição Federal do Brasil**, Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12.04.2024

BRASIL, **Lei 1.390. Inclui entre as Contravenções Penais a Prática de Atos Resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor**. Brasília-DF: Presidência da República, Casa Civil, 03 de julho de 1951. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11390.htm Acesso em: 12.04.2024

BRASIL, Lei 10.639. Inclui no Currículo da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”. Brasília-DF: Presidência da República, Casa Civil, 09 de janeiro de 2003. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm Acesso em:13.04.2024

BRASIL, Lei 12.288. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília-DF: Presidência da República, Casa Civil, 20 de julho de 2010. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.ht Acesso em:13.04.2024

BRASIL, Lei 12.711. Dispõe sobre o Ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de nível Médio. Brasília-DF: Presidência da República, Casa Civil, 29 de agosto de 2012. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm Acesso em: 14.04.2024

BRASIL, Lei 12.990. Reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Brasília-DF: Presidência da República, Casa Civil, 09 de junho de 2014. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm Acesso em: 14.04.2024

BRASIL, Lei 14.532. Altera a Lei 7.716 e o Decreto-Lei 2.848 (Código Penal) para tipificar como crime de racismo a injúria racial. Brasília-DF: Presidência da República, Casa Civil, 11 de janeiro de 2023. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114532.htm Acesso em: 14.04.024

BRASIL, **Lei 7.716. Define os Crimes Resultantes de Preconceito de Raça ou de Cor.** Brasília-DF: Presidência da República, Casa Civil, 05 de janeiro de 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm Acesso em: 12.04.2024

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (org.). **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: IBGE.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 14 abr. 2024.

BRITO, Aline Aparecida da Cunha. Raça e Gênero: reflexões sobre a formação profissional da mulher negra como expressão da questão social. **IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – Senass**, Florianópolis, p. 1-11, jul. 2022. IV. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858> Acesso em: 28 jun. 2024.

CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios. **Temporalis**, Brasília, DF, n. 2, 2000.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n.127, p.430-455, dez. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.079>. Acesso em: 20 abr. 2024.

CARVALHO, André Luís Souza de. Resistência Negra Pelo Movimento Negro. **ABPN**, Belo Horizonte, v. 2, p. 173-176, 2011.

CAVALCANTI, Alice Birman. Patriarcado-Racismo-Capitalismo:uma análise do conceito do nó em Heleieth Saffioti. **IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – Senass**, Florianópolis, p. 1-8, jul. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858> Acesso em: 28 jun. 2024

CEF, Conselho Federal de Educação. **Parecer nº 412/82** de 05 de agosto de 1982. Anteprojeto de reforma curricular. Brasília-DF: Ministério da Educação e Cultura, 1982. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd010113.pdf> Acesso em 29 mai. 2024.

CFESS (Brasil) (ed.). **Assistente Social no Combate ao Racismo**. Brasília, 2020. 136 p.

Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf> Acesso em: 20 maio 2024.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução 273/93 Institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social** e dá outras providências. Brasília-DF: CFESS, 1993.

Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf Acesso em: 29 mai. 2024.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social (org.). **Diálogos do Cotidiano Assistente Social: reflexões sobre o trabalho profissional**. Brasília: Feeling Propaganda, 2021.

COLETIVO NEGRO MAGALI. O que é o Coletivo Negro de Serviço Social Magali da Silva Almeida? 2019. Postagem na rede social Instagram em 13 set. 2019. Disponível em:

<https://www.instagram.com/p/B2XbAWtBi2X/> Acesso em: 30.06.2020.

COSTA, Renata G. da. RAFAEL, Josiley C. Questão Social e sua Particularidade no Brasil: imbricação entre patriarcado, racismo, capitalismo. Brasília-DF: **Temporalis**, ano 21, n. 42, 2021.

DAVIS, Angela Yvonne. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELPIDIO, Maria Helena. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 3, p. 519-527, dez. 2020.

<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p519>

EURICO, Marcia Campos *et al.* Democracia e Lutas Antirracistas. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 125-136, 2022.

EURICO, Márcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. São Paulo: Cortez, **Serviço Social & Sociedade**, n. 133, p. 515-529, 2018.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. In.: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 114, p 290-310, abr./jun. 2013

EURICO, Márcia Campos. Da Escravidão ao trabalho Livre: Contribuições para o Trabalho do Assistente Social. **Ser Social**, Brasília, v. 19, p. 41, 2017.

FAGUNDES, Gustavo Gonçalves. O racismo no caso brasileiro e as raízes da superexploração do proletariado negro. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 45, p. 55-68, 2020.

FERNANDES, Máira Clara Farias *et al.* A Mulher Negra na Sociedade Brasileira. **IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – Senass**, Florianópolis, p. 1-9, jul. 2022. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858> Acesso em: 30 jun. 2024.

GÓES, Jaina da Conceição. Enegrecendo o Serviço Social: o debate racial presente nas produções teóricas da profissão. 2018. 107 f. **TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social**, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

GOES, Jaina da Conceição *et al.* O debate da Questão Étnico Racial no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. **X Copene**, Uberlândia, p. 1-16, out. 2018. Disponível em:
https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1538358129_ARQUIVO_ArtigoCopene2018FINAL.pdf. Acesso em: 25 abr. 2024.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Revista Katálysis**, [S.L.], v. 21, n. 3, p. 514-522, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em:
<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>

GUERRA, Y. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Capacitação em Serviço Social e Política Social, v. 4, p. 53-63, 2000

GUERRA, Y. No que se sustenta a falácia de que “na prática a teoria é outra?”. In: **11º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil**. Cascavel, Unioeste, Mesa coordenada. Eixo temático: Formação Profissional/Fundamento/História-Teoria-Método, Comunicação Oral – Ensaio teórico, 2005.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Racismo e Anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 43, p.26-44, 1995.

HOOK, BELL. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática de liberdade / bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. - 2 ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Serviço Social & Sociedade**, n. 136, p. 439-461, dez. 2019.

<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.188> Acesso em 10 jun. 2024.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, **Censo 2022**: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. Reportagem: Caio Belandi e Irene Gomes, Editora: IBGE, 22 de dez. 2023. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Em%202022%2C%20cerca%20de%2092,0%2C4%25>) Acesso em: 15 mar. 2024.

JANOÁRIO, R. S.; ROCHA, R. F.; DILAS, S. Entrevista com Magali da Silva Almeida. In: **Libertas**, vol 13, n.1, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

LAKATOS, Eva M; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 4ª ed. São Paulo-SP: Editora Atlas, 2001.

LAMB, Talita Lúcia. Desafios Contemporâneos ao Serviço Social: enfrentar o conservadorismo e incorporar debates necessários. **IV Seminário Nacional: Serviço Social**,

Trabalho e Política Social – Senass, Florianópolis, p. 1-9, 2022. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858> Acesso em: 30 jun. 2024

MATOS, Maurílio Castro de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 124. São Paulo, Cortez, p. 678-698, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Tradução: Freda Indursky, Campinas-SP: Pontes Editora da UNICAMP, 1989.

MOMBELLI, Raquel; ALMEIDA, Marcos F. de. Caso Gracinha: pele negra, justiça branca. **Revista Nanduty**, Dourados-MS, UFGD: PPGAnt, p. 171-195, 2016. Disponível em:
<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/article/view/5761>. Acesso em: 17 jun. 2024.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier *et al.* As Diretrizes Curriculares da ABEPSS e os Valores Éticos e Políticos para a Formação Profissional em Serviço Social. **Temporalis**, Brasília, p. 97-121, 2016.

MOREIRA, Tales Willyan Fornazier. Serviço Social e Questão Étnico-Racial: apontamentos históricos do debate na trajetória da profissão. **Sociedade em Debate**, [S.L.], v. 27, n. 1, p. 83-100, 23 abr. 2021. <http://dx.doi.org/10.47208/sd.v27i1.2812> Acesso em: 15 mai. 2024.

MOURA, C. **Sociologia do Negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, Clóvis. **Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo**. Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, São Paulo, p. 124-137, 1983.

MOURA, Clovis. O racismo como arma ideológica de dominação, **Escola do PCdoB**, Edição nº 34, ago./out., p. 28-38, 1994. Disponível em:
https://www.escolapdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/70_O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clovis_Moura_.pdf. Acesso em: 29.04. 2024

MUNANGA, K. **Negritude: uso e sentidos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terras/A, 1978.

NASCIMENTO, Marcus Vinícius; MOTA, Rafael Bueno Godoi da. Racismo Institucional e Saúde da População Negra Brasileira Durante a Pandemia: Desafio do Serviço Social. **IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – Senass**, Florianópolis, p. 1-11, jul. 2022. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858> Acesso em: 25 jun. 2024.

NEGRI, Fabiana L. Serviço Social e sua Produção Teórica: compreensão da profissão e o seu processo de formação. **I Congresso Catarinense de Assistentes Sociais (CCAS)**, Florianópolis-SC: CRESS 12ª Região, agosto, 2013. Disponível em: <https://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Servi%C3%A7o-Social-e-sua-Produ%C3%A7%C3%A3o-Te%C3%B3rica-compreens%C3%A3o-da-profiss%C3%A3o-e-seu-processo-de-forma%C3%A7%C3%A3o1.pdf> Acesso em: 25 jun. 2024.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 13ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

ORTEGAL, Leonardo. Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. **Serviço Social & Sociedade**, [S.L.], n. 133, p. 413-431, dez. 2018. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.151>. Acesso em: 29.04. 2024

PENAS, Thais Caroline Rodrigues *et al.* Negras e Negros -"Tá" Faltando Aqui: análise do ingresso da população negra no curso de Serviço Social da UFPR através das políticas de cotas conforme a Lei n.o 12.711/2012. **II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais**, Florianópolis, p. 1-10, out. 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858> Acesso em: 06 jun. 2024.

PIOVESAN, Flávia. Ações Afirmativas no Brasil: Desafios e Perspectivas. **Revista Estudos Feministas**. p. 887-896, 2008.

RAMBO, Ricardo Albino. Emancipação na Perspectiva de Paulo Freire, s/d. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/rambo.pdf>. Acesso em: 14/07/24.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Djamila (org.). **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 136 p.

RISSI, Rita de Cássia Cristino Marcos. O Serviço Social e a Questão Étnico-Racial na Formação Social Brasileira: uma aproximação necessária. **X Jornada Internacional Políticas Públicas**, Maranhão, p. 1-15, out. 2021. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_318_318611424e21249a.pdf. Acesso em: 21 maio 2024.

RITA, Larissa S. Costurando narrativas das escrituras de mulheres negras: Análise de uma prática pedagógica na Educação Escolar Quilombola - Morro da Queimada/Mocotó. 2023. 83 f. **TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia**, Centro de Ciência da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

ROCHA, Roseli da F. A Questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**. N° 99, São Paulo: Cortez, 2009.

RODRIGUES, Cheliman Alves. Questão Étnico-Racial e Questão Social: Um improrrogável debate para o serviço social. **IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – Senass**, Florianópolis, p. 1-13, jul. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858> Acesso em: 18 jun. 2024.

SANTANA, Camila da Silva. Juventudes Negras: Pertencimento Racial e Reconhecimento em uma Comunidade de Traços Açorianos no Sul do Brasil. 2018. 109 f. **Dissertação (Mestrado)** - Curso de Pedagogia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SANTOS, Adriana de Oliveira. Questão Social e Racismo: partilhando o caminho investigativo de um projeto de pesquisa. **IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – Senass**, Florianópolis, p. 1-12, jul. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858> Acesso em: 28 jun. 2024

SANTOS, Josiane Soares (Brasil) (org.). **Conselho Federal de Serviço Social – CFESS**. Brasília, 2020. 136f. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2020Cfess-LivroCampanhaCombateRacismo.pdf> Acesso em: 25 abr. 2024.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Racismo e Antirracismo: a categoria raça em questão. **Revista Psicologia Política**, vol. 10, nº 19, p. 41-55, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n19/v10n19a05.pdf> Acesso em: 10 abr. 2024.

SHUPINGAHUA, Jorge Rafael Ramirez. Población Afrodescendiente En El Perú: Pobreza y Desigualdad Social. **I Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais**, Florianópolis, p. 1-2, out. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858> Acesso em: 06 jun. 2024.

SILVA, Ana Paula Procópio. Racismo Estrutural, Crise do Capital E Ofensiva Conservadora: Desafios À Consolidação Da Igualdade Racial Nas Políticas Sociais Públicas. **XVI ENPSS**, Vitória, p. 1-18, 2018.

SILVA, Karine de Souza. A Mão que afaga é a mesma que Apedreja: Direito, Imigração e a Perpetuação do Racismo Estrutural no Brasil. **Mbote**, Bahia, v. 1, n. 1, p. 20-41, 2020.

SILVA, Mauri Antônio. Situação do Trabalho Análogo ao de Escravo no Brasil Contemporâneo. **IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – Senass**, Florianópolis, p. 1-12, jul. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858> Acesso em: 25 jun. 2024.

SILVA, Paolla Galollete. Estado e Políticas Públicas: uma análise das políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil. **IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – Senass**, Florianópolis, p. 1-11, jul. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858> Acesso em: 30 jun. 2024.

SILVEIRA, Beatriz *et al.* Os Desdobramentos do Colonialismo na Sociedade Brasileira. **III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**: Florianópolis, p. 1-9, nov. 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858> Acesso em: 19 jun. 2024.

SILVEIRA, Luciana de Freitas. Os Saberes Emancipatórios de Maria de Lourdes Mina : Aprendendo com as Memórias de uma Professora e Militante Negra em Santa Catarina. 2022. 126 f. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

SOUZA Caroline de J; ALMEIDA, Magali da S. A dimensão técnica- operativa do serviço social no enfrentamento do racismo institucional: desafios no combate à violência obstétrica contra as mulheres negra. **IV Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**, Florianópolis, 2022. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858> Acesso em: 19 jun. 2024.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino. Racismo, Conservadorismo e Serviço Social. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 373-391, dez. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/32044/21572> Acesso em: 19 maio 2024.

SOUZA, Dyana Helena; GARCIA, Ana Miriam. Questão Racial e o Serviço Social: relato de experiência do estágio supervisionado 2. **II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais**, Florianópolis, p. 1-7, out. 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858> Acesso em: 06 jun. 2024.

TELES, Heloísa *et al.* Questão Social e Proteção Social Brasileira: aproximações teóricas a partir da superexploração do trabalho. **III Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**, Florianópolis, p. 1-9, nov. 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858> Acesso em: 19 jun. 2024

VENZO, Roseneide. Serviço Social e Racismo: as complicações nas tentativas de ser antirracista. **IV Seminário Nacional: Serviço Social, Trabalho e Política Social – Senass**,

Florianópolis, p. 1-8, jul. 2022. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179858> Acesso em: 25 jun. 2024.

WIKIPEDIA. **Frente Negra Brasileira**. *Site*. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki>.

Acesso em 15 abr. 2024.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social na História, América Latina, África e Europa. In:

YAZBEK, Maria C. (org.). **Serviço Social na História, América Latina, África e Europa:**

O Serviço social brasileiro em tempos de mundialização do capital. São Paulo: Cortez, 2019.

p. 33-61. Disponível em: http://www.ser.puc-rio.br/4_IAMAMOTO.pdf Acesso em: 24 a

Ano	Título	Palavra Chave	Resumo	Autor
2015	Pobación Afrodescendente Emn El Perú y Desigualdade Social	Afrodescendiente, Exclución social, Derechos Humano	objetivo discutir la pobreza y situación de la población afrodescendiente, lucha contra el racismo y la desigualdad social, contribuyendo al desarrollo con identidad y al respeto de los derechos humanos.	Jorge Rafael Ramirez Shupingahu a
2015	Famílias Monoparentais Femininas, Políticas Públicas em gênero e raça e Serviço Social	Monoparentalidade feminina, direitos, raça, Serviço Social.	Papel da mulher como provedora de família monoparental feminina, protagonismo nas mais diversas expressões da questão social, recorte raça, olhar do assistente social visando o exercício dos seus direitos e o acesso às políticas públicas.	Graciele Alves Babiuk
2017	Questão Racial e Serviço Social: relato de experiência do estágio supervisionado	Racismo Institucional, Política de Saúde.	A intervenção do serviço social na política de saúde, e sua potencialidade no enfrentamento do racismo, a desmistificação dos estereótipos racistas e reconhecimento da diversidade étnico-cultural brasileira, papel pedagógico do serviço social frente à questão racial.	Dyana Helene Souza Ana Miriam Garcia.
2017	Negras e Negros-” Tá faltando aqui” análise do ingresso da população negra no curso de Serviço Social da UFPR através das políticas de cotas conforme Lei nº 12.711/2012	Políticas de cotas, população negra, Serviço Social.	Discutir dados parciais referentes ao ingresso da população negra na graduação de Serviço Social, problematizando a ausência de estudantes negros(as), promover a discussão a respeito da efetividade das políticas de cotas raciais.	Thais Caroline Rodrigues Penas Bárbara Antunes da Silva Silvana Maria Escorsim
2019	Os desdobramentos do colonialismo na sociedade Brasileira	Questão social, colonialismo, racismo estrutural	Análise crítica do processo de colonização da América Latina, discussão acerca da	Beatriz Silveira

			transição do escravismo para o capitalismo.	Karina da Silva Rocca Franciele Felisberto
2019	Questão social e proteção social: brasileira: aproximações teóricas a partir da superexploração do trabalho	Questão Social Proteção Social Superexploração do trabalho	Desigualdade, dependência, exploração e racismo como estruturantes, superexploração do trabalho agrava as condições para efetivação da proteção social.	Heloisa Teles, Eduarda Marcelino
2019	A questão racial e a formação da classe trabalhadora no Brasil	Questão racial, exploração, classe trabalhadora, formação social brasileira	Formação do proletariado e a discriminação racial na sociedade brasileira. Questão racial com ênfase às relações de exploração e de dominação do negro enquanto sujeito pertencente à classe trabalhadora.	Jonaz Gil Barcelos
2022	Patriarcado- Racismo- Capitalismo: uma análise do conceito do nó em Heleieth Saffioti	Patriarcado, racismo e capitalismo.	Imbricação entre gênero, raça e classe, patriarcado-racismo-capitalismo, o gênero e a raça se encontram articulados ao capitalismo e se configuram como categorias imprescindíveis para uma análise comprometida com a realidade social brasileira.	Alice Birman Cavalcanti
2022	Questão Social e Racismo: partilhando o caminho investigativo de um projeto de pesquisa 2022	Questão Social, racismo, formação social brasileira	Questão social e diversidade humana, questão social e do racismo na particularidade da formação social, no campo do Serviço Social brasileiro, crise sanitária, ocasionada pela pandemia da COVID-19, crise econômica e política em curso no Brasil.	Adriana de Oliveira Santos
2022	A dimensão técnica- operativa do serviço social no enfrentamento do racismo institucional: desafios no combate à violência obstétrica contra as mulheres negra	Dimensão Técnico-operativa, obstétrica, institucional	Dimensão técnico-operativa do serviço social no enfrentamento do racismo institucional e os desafios do trabalho profissional em serviço social no combate à violência obstétrica contra as mulheres negras.	Caroline de Jesus Souza Magali da Silva Almeida

			importância do debate do racismo institucional para um exercício profissional comprometido com projeto ético-político da profissão	
2022	Racismo institucional e saúde da população negra brasileira durante a pandemia: desafio do serviço social	Racismo institucional, população negra, saúde.	Intervenção do serviço social, reconhecendo que enquanto trabalhadoras da saúde podemos reforçar o racismo institucional com práticas discriminatórias, o impacto do racismo institucional na sociedade brasileira.	Marcus Vinícius Nascimento Rafael Bueno Godoi Da Mota
2022	A Mulher Negra na Sociedade Brasileira: uma revisão bibliográfica.	Racismo; Mulher Negra; Desigualdade.	A mulher negra, que sofre uma dupla opressão; raça por ser negra e a de gênero por ser mulher, condições da mulher negra em nossa sociedade, posição de desvantagem em relação aos demais segmentos da sociedade, estão nos empregos mais precários, com vínculos empregatícios precarizados, encontra barreiras no acesso às diversas políticas públicas, como a saúde e a educação.	Maíra Clara Farias Fernandes Ádilla Jacionária Albano Silva Lara Hanna Freire Nolasco Silva
2022	Serviço Social e Racismo: as complicações nas tentativas de ser antirracista	Serviço Social, antirracismo, marxismo.	Mulheres brancas inserem ações de filantropia para que assim as vejam como pessoas que promovem o bem, a forma como trabalhavam era pontual. Serviço Social na sua origem e ainda em algumas situações não é antirracista, fim da sociedade de classes.	Roseneide Venzo
2022	Desafios contemporâneos ao serviço social	Serviço Social conservadorismo, debates contemporâneos.	Debate acerca das questões de gênero, raça e classe, conservadorismo, racismo e o sexismo como alimentadores da lógica destrutiva e exploratória do capital, demandas contemporâneas para o Serviço Social.	Talita Lucia Lamb

2022	Periferia de segurança pública: breve discussão sobre o acesso das famílias a política de segurança pública no estado brasileiro	Estado, segurança pública, família, proteção social.	Violência policial causa na dinâmica familiar, acesso às políticas de segurança pública, desigualdade social, criminalização, racismo, pobreza e violência.	Patrícia Lúcia da Silva Abreu Liliane Moser
2022	Questão étnico-racial e questão social: um improrrogável debate para o serviço social	Gênero, Raça, Formação Profissional.	Formação profissional da mulher negra como uma expressão da questão social, objeto de intervenção do serviço social, gênero, raça, inserção da mulher negra no ensino superior.	Aline Aparecida da Cunha Brito
2022	Raça e Gênero? Reflexões sobre a formação profissional da mulher negra como expressão da questão social	Gênero, Raça, Formação Profissional.	Formação profissional da mulher negra como uma expressão da questão social, objeto de intervenção da mulher negra no ensino superior.	Aline Aparecida da Cunha Brito
2022	A trajetória da Política de Assistência Social no Brasil: entre avanços, retrocessos e os desafios impostos pela crise política e sanitária	Assistência Social, Desigualdade Social, Desemprego, Pobreza	Proteção social no Brasil, política de assistência social, Sistema Único de Assistência Social assistência social como política pública de seguridade social, retrocessos, desigualdades sociais, Covid-19, impactos na vida da população usuária da política de assistência social, constituída predominantemente por pessoas negras e mulheres.	Matheus da Silva Araújo, San Rayla da Costa Nobre, Shayanne Antunes Piteira
2022	Situação do trabalho análogo ao de escravo no Brasil contemporâneo.	Trabalho análogo ao de escravo, Escravidão, Dignidade	Trabalho análogo ao de escravo! O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravatura. As políticas públicas de combate a essa situação por meio da fiscalização e assistência às vítimas tem sido insuficiente para erradicar o problema, construir uma sociedade com justiça social, igualdade, dignidade e fraternidade.	Mauri Antônio Silva
2022	Estado Políticas Públicas: uma análise das políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil.	Estado, políticas públicas, violência contra a mulher.	Violência praticada contra as mulheres brasileiras, diversas formas, seja ela física, sexual, moral,	Paolla Galollete Silva

			simbólica, patrimonial, psicológica. Nova ordem societária, sem opressão de gênero, raça/etnia e classe, é possível construir novos caminhos para as mulheres, na perspectiva de sua emancipação e liberdade.	
--	--	--	--	--

APÊNDICE B

Disciplina	Emenda
1ª Fase	
Serviço Social e Realidade Social I	A construção social da realidade. Elementos da análise de conjuntura. Realidade social catarinense. Processo constitutivo da profissão. Institucionalização da profissão e divisão social do trabalho. Teórica.
Oficina Introdução à Vida Acadêmica	Inserção na Universidade e vida acadêmica. Compreensão da estrutura, serviços acadêmico-administrativos e organização curricular do Curso de Serviço Social da UFSC. Projetos de pesquisa e extensão do Departamento de Serviço Social e da UFSC. A universidade pública brasileira. Teórico-prática.
Introdução ao Conhecimento Científico e Serviço Social	Senso comum, conhecimento científico e ideologia. Metodologia do trabalho científico. O processo de construção do conhecimento científico. A dimensão investigativa do Serviço Social. O Serviço Social como área de conhecimento. Teórica.
Formação Sócio-histórico do Brasil	A formação social do Brasil, do processo colonial à constituição do Brasil moderno; escravismo, movimentos sociais, governos autoritários e as lutas pela democracia.
Introdução à Teoria Sociológica	O contexto histórico de surgimento da Sociologia, concepção de homem e sociedade nas matrizes clássicas do pensamento sociológico. Comte, Durkheim, Weber e Marx.
2ª Fase	
Serviço social e Realidade Social II	O exercício profissional e os espaços sócio ocupacionais. Marco regulatório da profissão de Serviço Social. Atribuições e competências do assistente social. Mercado de trabalho, áreas de atuação e demandas para a profissão. Indicadores sociais. Teórica.
Oficina Serviço Social e Produção Textual	Leitura e interpretação de textos. Elaboração de resumos, resenhas e artigos científicos. Relatórios técnicos e científicos na área do Serviço Social. Normas de apresentação de trabalhos científicos e pesquisa em base de dados. Teórico-prática
Psicologia Social	Fundamentos de psicologia social crítica. Consciência, subjetividade, identidade, afetividade. Constituição do sujeito. Percepção social. Formação de impressões. Atitudes. Influências sociais e bases de poder. Relações intergrupais e conflituosas. Estereótipos, estigma e preconceito. Teórica.
Ciência Política	Política e Ciência Política. Conceitos fundamentais da Ciência Política. O Estado moderno e a transformação da política clássica.
3ª Fase	

Antropologia Social	Antropologia social e cultural. Cultura popular. Identidade e expressões culturais, regionais e multiculturais.
FHTM SSI	Capitalismo monopolista, questão social e Serviço Social. Gênese do Serviço Social. As condições histórico-sociais da emergência, da institucionalização e desenvolvimento do Serviço Social na América Latina e Brasil. Teórica.
Serviço Social e Economia Política	Economia política clássica e a teoria do valor-trabalho. Crítica da economia política. Mercadoria, valor e dinheiro. Produção da mais-valia absoluta e relativa. A lei geral da acumulação capitalista. Economia política e os fundamentos do Serviço Social. Teórica.
Classes Sociais e Movimentos Sociais	Estado e sociedade civil. Democracia, participação popular e luta de classes. Classes sociais e sujeitos coletivos: partidos, sindicatos, movimentos e organizações populares. Concepções teóricas dos movimentos sociais. Identidade e subjetividade na construção dos movimentos sociais. O Serviço Social na relação com os movimentos sociais. Movimentos Sociais em Santa Catarina. Teórica.
Serviço Social, Direito e Cidadania	Sociedade, Estado e Direito. Constituição: origem e significado. República, federação e estado democrático de direito. Direitos fundamentais, cidadania e Serviço Social. A Ordem Social na Constituição Brasileira de 1988. Organização dos poderes no Estado brasileiro. Teórica.
4ª Fase	
Oficina Preparação ao Estágio	O estágio curricular na formação do assistente social. As dimensões investigativa e interventiva da profissão nas Diretrizes Curriculares. Normatização do Estágio. Campos de estágio de Serviço Social credenciados na UFSC. Estudo de produções referentes aos campos de estágio. Conhecimento de experiências de estágio. Teórico-prática
FHTM SSII	O processo de renovação do Serviço Social latino-americano e brasileiro. A produção teórico-metodológica do Serviço Social do período de renovação e a aproximação ao marxismo. A crise da autocracia burguesa e a redemocratização brasileira. A construção do Projeto Ético Político profissional. Teórica.
Método Crítico Dialético	Idealismo e materialismo. Ser Social, Trabalho e Ontologia. Método crítico-dialético e suas categorias fundamentais. Totalidade e História. As categorias de mediação e a apreensão da universalidade, singularidade e particularidade. Trabalho e produção social. Método Crítico Dialético e Serviço Social. Teórica.
Política Social	Determinações sócio históricas das políticas sociais. Perspectivas conceituais da política social. A construção das políticas sociais no século XX. A Constituição de 1988 e a Seguridade Social. O Estado brasileiro e a regulamentação e implementação dos direitos sociais. A conjuntura de contrarreformas do Estado e (novo) desenvolvimentismo. Teórica.

Introdução a Ética	Desenvolvimentos clássicos e comentários da reflexão ética. Virtude e Dever. Teorias da Justiça. Utilitarismo. Teórica.
5ª Fase	
FHTMSS III	O Serviço Social no contexto da democratização brasileira. Transformações do capitalismo contemporâneo. Trabalho, Questão Social e Serviço Social. Modernidade, Neoconservadorismo e o projeto ético-político profissional. O Serviço Social no mundo. A produção teórico-metodológica, espaços sócio-ocupacionais e exercício profissional do Serviço Social a partir dos anos 1990. Teórica.
Ética Profissional do Serviço Social	O processo de construção do ethos profissional. Fundamentos filosóficos nos diferentes códigos de ética dos assistentes sociais brasileiros: neotomismo, personalismo e ontologia social. Análise crítica dos valores na sociabilidade burguesa. O Código de Ética Profissional, seus valores e princípios. Os dilemas éticos contemporâneos no cotidiano da profissão. Teórica.
Instrumentalidade e Competências Profissionais em Serviço Social	Instrumentalidade, competências e intervenção profissional. As perspectivas teóricas e metodológicas na construção dos instrumentos de intervenção. Instrumentos e técnicas nos diferentes espaços de atuação profissional. Teórica.
Serviço Social e Previdência Social	O Estado Brasileiro e a construção do Sistema Previdenciário Público. A Seguridade Social na Constituição de 1988. A relação previdência pública e privada. Gerenciamento, financiamento e controle da previdência social. O Instituto Nacional de Seguro Social, estruturação, operacionalização, plano de benefícios, categorias de segurados e dependentes. A política previdenciária e a contrarreforma do Estado. O exercício profissional do Assistente Social no setor previdenciário. A particularidade dos segmentos especiais. Interface da política previdenciária com as políticas de Assistência Social, Saúde e Trabalho. Teórica.
6ª Fase	
Oficina Análise Institucional e Serviço Social	Diferentes concepções de análise institucional. Formas de organização institucional. A relação pública - privado. A instituição e seus sistemas de poder e de correlação de forças. Requisições institucionais e demandas da população. Identificação e análise das necessidades sociais. Sistemas de informação e indicadores sociais. Exercícios de análise institucional. Teórico-prática.
Serviço social e Assistência Social	O Estado brasileiro e a política de assistência social. A assistência social como direito social. Marco legal da política de Assistência Social. Financiamento, gestão e controle social da política de assistência social. O Sistema Único da Assistência Social. O exercício profissional do assistente social no âmbito da política de assistência social. Serviços direcionados a segmentos especiais. Indicadores sociais. Teórica.
Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I	Diferentes concepções de análise institucional. Formas de organização institucional. A relação pública - privado. A instituição e seus sistemas de poder e de

	correlação de forças. Requisições institucionais e demandas da população. Identificação e análise das necessidades sociais. Sistemas de informação e indicadores sociais. Exercícios de análise institucional. Teórico-prática.
Pesquisa em Serviço social I	A pesquisa na produção do conhecimento científico. Métodos de conhecimento da realidade social. Metodologias de pesquisa. Ética e pesquisa. Tipos de pesquisa. Elementos constitutivos do projeto de pesquisa. Experiência de elaboração de projeto de pesquisa. Teórica.
Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório I	Reconhecimento e análise do espaço sócio ocupacional. O assistente social como assalariado. Mercado de trabalho e as condições de trabalho. Conhecimento do exercício profissional e suas dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica. Orientação para elaboração de plano de estágio. Teórico-prática
Estágio Supervisionado em Serviço Social Obrigatório I	Inserção no espaço sócio ocupacional. Identificação da organização e sua dinâmica de funcionamento, demandas, serviços oferecidos, perfil dos usuários e política social a que se vincula. Conhecimento do exercício profissional na Instituição em suas dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica. Conhecimento das condições de trabalho na Instituição. Elaboração de plano de estágio. Desenvolvimento de atividades teórico-práticas em espaço sócio ocupacional com supervisão sistemática no campo de estágio e na Unidade de Ensino. Prática.
7ª Fase	
Serviço Social e Saúde	A saúde como direito social e o conceito ampliado de saúde. O Estado brasileiro e a política de saúde. O Movimento de Reforma Sanitária. O marco legal e a implementação do Sistema Único de Saúde. Modelo de atenção, financiamento e participação popular. Perspectivas e a tensão entre os fundamentos do SUS e o projeto privatista da saúde. As políticas setoriais e transversais no SUS. Indicadores de saúde. A prática profissional do assistente social na saúde. Teórica.
Pesquisa em Serviço Social II	Revisão da literatura do tema da pesquisa. Coleta e organização dos dados quantitativos e qualitativos. Sistematização e análise dos dados. Elementos constitutivos do relatório de pesquisa. Devolução e socialização dos resultados da pesquisa. Experiência de execução de pesquisa. Teórica.
Gestão e Planejamento em serviço Social I	Planejamento social e a relação público/privado/filantrópico na história do Estado e da sociedade brasileira. Metodologias de planejamento. Planejamento de políticas sociais e instrumentos de gestão. Planos Plurianuais e Relatórios de Gestão das políticas sociais. Projetos sociais no terceiro setor e das empresas. Elaboração de um projeto social. Funções, atribuições e competências dos assistentes sociais no planejamento nas esferas pública e privada. Teórica.
Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório II	O exercício profissional, as demandas, os serviços oferecidos, a interface com as políticas setoriais e o modelo de gestão institucional. Problematização e orientação do exercício profissional em face do Projeto

	Ético Político profissional. Orientação para elaboração de projeto de intervenção profissional. Teórico-prática
Estágio Superv. em Serv. Social Obrigatório II	Aprofundamento do conhecimento das demandas, serviços oferecidos, caracterização dos usuários, modelo de gestão institucional e a ação profissional. Elaboração e implementação de projeto de intervenção profissional. Desenvolvimento de atividades teórico-práticas em espaço sócio ocupacional com supervisão sistemática no campo de estágio e na unidade de ensino. Prática.
8ª Fase	
Gestão e Planejamento em serviço Social II	Financiamento e gestão das políticas sociais e nas instituições público-privadas. O financiamento público e a filantropia. Metodologias de avaliação de políticas sociais. O uso dos indicadores sociais. O assistente social na elaboração, coordenação, execução e avaliação de programas e políticas sociais.
Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório III	Orientação e avaliação da experiência de estágio. Proposição de alternativas à intervenção profissional e proposição de alternativas. Exercício profissional e supervisão de estágio. Elaboração de relatório final de estágio. Teórico-prática.
Estágio Supervisionado em serviço Social Obrigatório III	Execução e avaliação do projeto de intervenção e da experiência do estágio. Sistematização e síntese do exercício profissional na Instituição. Elaboração do relatório final de estágio. Desenvolvimento de atividades teórico-práticas em espaço sócio-ocupacional, com supervisão sistemática no campo de estágio e na Unidade de Ensino. Prática.
9ª Fase	
Serviço Social e Desafios Profissionais Contemporâneos	
Disciplinas Optativas	
Relações Inter-étnicas	Grupos étnicos. Processos sócio-culturais de construção de identidade étnicas. Particularidades históricas e processos de diferenciação. Etnicidades e questões raciais, acomodações e conflitos. Sociedades pluriétnicas, cultura e política.